



ATA N.º 6/2014

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e catorze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 09,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;

2 - PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES. TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO E EXPLORAÇÃO PARA A EMPRESA LOCAL “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M, S.A.”. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA. APROVAÇÃO DA RESPECTIVA MINUTA. PROPOSTA N.º 89/GAP/2014, para discussão e votação.

3 - FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2014 E A COBRAR EM 2015. PROPOSTA 86/GAP/2014, para discussão e votação.

4 - DEFINIÇÃO DAS TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A COBRAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2015. PROPOSTA 87/GAP/2014;

5 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS/ DEFINIÇÃO DA TAXA DE IRS A FIXAR PARA 2015. PROPOSTA Nº. 90/GAP/2014, para discussão e votação.

6 - PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 2º TRIMESTRE DE 2014, Para conhecimento.

7 - LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2013. INFORMAÇÃO Nº18/SC/2014, para conhecimento.

Feita a chamada verificaram-se as seguintes faltas:

Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues

António Jorge S. Pinto de Barros

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

João Miranda Rua

Cláudia Patrícia Quitério Bento

José Carlos Matos da Conceição

Altamiro da Ressurreição Claro

Maria Helena da Silva Barreira

Manuel Guerra Afonso



Entrou-se no período “Antes da Ordem do Dia”

Usaram da palavra:

MÁRCIA CRISTINA DE JESUS TEIXEIRA do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se a uma declaração de voto que o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro, na qualidade de Presidente do Grupo Municipal do PS, de líder da bancada do PS e de Presidente da Comissão Política Concelhia do PS, fez sobre o ponto nº, 1 da sessão da Assembleia Municipal extraordinária, que teve lugar no dia 16 de julho de 2014.

Nessa altura, talvez por não ter estado com a devida atenção, a Senhora deputada disse que não ouviu o que foi dito mas ao ler a ata ficou estupefacta com o que o Senhor deputado Nuno Ribeiro disse. Releu a parte da intervenção que se transcreve: «os sucessivos aumentos de despesas serviram sobretudo para a satisfação de interesses pessoais e particulares tais como a compra de votos e o assegurar de lugares aos companheiros, como forma de o PSD se perpetuar no poder».

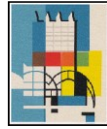
“Eu gostaria que o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro viesse aqui concretizar esta afirmação, que provasse aquilo que disse ou que se retrate daquilo que disse e que esclareça se de facto é assim e porque é assim. Caso contrário esta afirmação é completamente descabida e insultuosa. Não sei se o Senhor Presidente da Câmara nessa altura se apercebeu com clareza daquilo que o Senhor deputado disse, mas dada a gravidade desta afirmação gostaria de pedir ao Senhor Presidente da Câmara que visse aqui pronunciar-se sobre isto. De referir que este tipo de afirmações não dignifica esta Assembleia e muito menos as pessoas que as proferem; quando se fazem afirmações de tamanha gravidade temos de provar aquilo que dizemos. Isto é muito grave”.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – cumprimentou os presentes e disse que a intervenção anterior tem a ver com uma declaração política feita por si, na última Assembleia Municipal e que as intervenções aqui feitas são puramente políticas. Os Tribunais têm diversos acórdãos sobre estas matérias e com afirmações bem mais graves, tudo no âmbito do espaço de discussão política.

“No entanto eu concretizo a acusação, embora não tenha de fazer prova porque não estou no Tribunal. Digam-me o que é a “Voz da Juventude”? O dinheiro que vai para lá serve para quê? É uma extensão da JSD? Parece. As afirmações por mim proferidas reportavam-se claramente a essa questão. E as contratações feitas para o quadro de pessoal da autarquia não foram feitas com base num critério? Nalgumas candidaturas apareceram fichas de militantes do PSD anexas ao curriculum. A minha afirmação foi apenas política, puramente política e com certeza toda a gente a percebeu. De facto tem algum excesso reconheço, mas foi para prestarem atenção a essa mesma afirmação”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu ao Senhor deputado.

Disse que acabamos de perceber que no âmbito de declarações políticas se pode dizer tudo; vale tudo. Acabamos de perceber que se no âmbito de um órgão político tudo o que se diz é atividade política e dentro dessa atividade política tudo pode ser dito, independentemente dessa interpretação e tal como a declaração de voto também eu vou ler um documento que escrevi para o efeito.



“Referiu o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro, através de uma declaração de voto lida, logo premeditada. Aquilo que sai no calor de uma discussão é uma coisa, aquilo que é lido, foi escrito, foi premeditado.

Analisando essa declaração de voto digo eu: 1. – O Partido Socialista é um partido incontornável no processo democrático português. Portugal precisa de um Partido Socialista forte e fiel aos seus princípios.

2. – Vamos fazer um paralelo entre a situação de Portugal de 2011 e Chaves 2014:

a) Em 2011, na sequência de seis anos de governo socialista Portugal precisou de um resgate (empréstimo) externo, à semelhança do que o Executivo Municipal apresentou e foi na sequência do Plano de Saneamento Financeiro que o Senhor deputado fez a dita declaração. Poderemos nós de igual forma afirmar que “os sucessivos aumentos de despesa serviram sobretudo para a satisfação de interesses particulares e partidários? Estou a falar do Governo da Nação.

b) – Entende a Bancada do Partido Socialista que os investimentos e a despesa pública do Governo português liderado pelo Senhor Engenheiro José Sócrates serviram para a compra de votos?

c) – Entende o Senhor membro desta Assembleia, Nuno Vaz que os investimentos e a despesa pública do Governo português liderado pelo Engenheiro José Sócrates serviram para assegurar lugares aos camaradas?

3. – Eu sei, porque o conheço, que o Nuno Vaz é um bom cidadão, logo interpreto que a declaração de voto por ele apresentada na última Assembleia Municipal vai no sentido de destacar o trabalho e o investimento realizado nos últimos doze anos – mais de 100 milhões de euros. Pedi que vos fosse distribuído novamente o documento “Balanço dos Mandatos 2002 a 2013”. É claro que um bom cidadão e político interpreta que mais de 100 milhões de euros de investimento proporcionam desenvolvimento, criam emprego, originam investimento privado e muito naturalmente surgem as vitórias eleitorais.

4. – Foi assim que entendi a declaração de voto.

5. – Também sei que quem quer ser respeitado se deve dar ao respeito. Sei que o cidadão Nuno Vaz é um excelente técnico e é respeitador dos valores da nossa sociedade. Por tudo isto, interpretei a declaração de voto como uma situação de impotência face ao sucesso de quem tem estado ao leme da governação municipal.

6. – Mas se interpretei mal solicito ao membro desta assembleia, Nuno Vaz e ao Partido Socialista, porque interpreto a declaração de voto como sendo da bancada, que digam:

a) - Quais, como, a quem, e o valor financeiro que foi utilizado para satisfazer interesses privados?

b) – Quais foram os interesses partidários que foram satisfeitos?

c) – Quando e como foram comprados votos?

7. – Somos a favor de total transparência. Nós não fazemos insinuações; nós defendemos a verdade. Esta Assembleia, o atual e os anteriores executivos municipais e o povo flaviense querem saber toda a verdade. Senhor deputado esclareça-nos quanto ao que afirmou na declaração de voto e qual a interpretação que deve ficar expressa na ata da Assembleia Municipal.



O Senhor deputado acabou de querer exemplificar. Eu vou responder àquilo sei sobre o que exemplificou. “A Voz da Juventude” é uma IPSS reconhecida ainda na vigência de um governo socialista. Com tal, sendo uma IPSS tem atividades de caráter social e tem vindo a ganhar uma expressão maior na distribuição de alimentos do Banco Alimentar, em que outras instituições se têm recusado. Tenho conhecimento que o atual Diretor da Segurança Social chamou todas as IPSS’s do Concelho de Chaves, para que todas, na sua área de influência, fizessem distribuição de alimentos. Algumas recusaram-se e quando isso acontece, outras alargam o âmbito de atuação. É enquanto IPSS que recebe subsídios da autarquia à semelhança de outras IPSS’s do Concelho que também receberam subsídios da Câmara. Eu não questiono nem nunca questionarei quem são os dirigentes de uma Associação designada “Flor do Tâmega”. A “Flor do Tâmega” é uma IPSS como outra qualquer, tem os dirigentes que os seus associados entendem ter e cumpre bem a função que lhe foi confiada.

Se alguém me viesse dizer que houve um cidadão jovem que se quis inscrever na “Voz da Juventude” e foi recusada a sua admissão como associado; aí, provavelmente, já estaríamos a ter uma discussão de natureza diferente. Se isso nunca aconteceu não venham culpar que um grupo de cidadãos se organize, independentemente das suas tendências partidárias, até porque isso também se repete noutras instituições, também particulares de solidariedade social do concelho, não venham dizer que “A Voz da Juventude” só porque um conjunto dos seus dirigentes são militantes do Partido Social Democrata, está vedada de poder receber qualquer subsídio da Câmara Municipal.

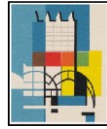
No corrente ano, nas atividades do apoio à família, no âmbito dos Jardim-de-infância, abriu-se um concurso público para a prestação do serviço que vinha sendo prestado pela “Voz da Juventude”, através de um ajuste direto. A “Voz da Juventude” não ganhou o concurso público. Foi ganho por uma empresa. Já entrou na Câmara um abaixo-assinado dos pais a pedirem que sejam os mesmos monitores/animadores a prestar esse serviço. Suponho que esses pais não foram coagidos a assinar.

Mas ficou aqui outra insinuação que eu não percebi. O Senhor deputado Nuno Vaz disse que já foram apresentadas candidaturas com uma lista anexa de militantes do PSD? Em papel timbrado do PSD? Gostava que o Senhor deputado me esclarecesse.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse registar que esta intervenção do Senhor Presidente da Câmara foi provocada pela Senhora deputada Márcia Cristina ao vir aqui solicitar esclarecimentos sobre esta questão.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** pediu desculpa por interromper, para esclarecer que se tinha inscrito logo no início da abertura dos trabalhos para poder fazer esta intervenção e a Mesa pode comprová-lo porque tomou nota do seu pedido. Não foi ensaiado, mas mesmo que o tivesse sido não deve ser criticado pelo facto de o PSD ser um Partido organizado e estar em total sintonia com os seus elementos na Assembleia.

O Senhor deputado **NUNO VAZ RIBEIRO** continuou a sua intervenção dizendo que o Senhor Presidente referiu o Governo e sugeriu que fossem lidos os jornais da terra e relidas intervenções da Assembleia Municipal, onde serão encontradas muitas afirmações sobre um Secretário-geral do PS, que era 1º. Ministro, algumas bastante



insidiosas sobre o carater da pessoa. Se o Senhor Presidente pugna pela transparência porque é que não foi autorizada uma auditoria financeira às contas da Câmara. Também quando lhe pedem a listagem dos pagamentos para se saber a quem se paga, quando se paga e quanto se paga, também não é fornecida.

“Também é só por acaso que a Associação “A Voz da Juventude” tem nos seus Órgãos Sociais um vereador e por esse facto também se devia abster e não ter um relacionamento tão próximo com a Câmara. Também é só por acaso que esta Associação recebeu da EHATB valores significativos e contratou com a Câmara vários ajustes diretos. Também foi por acaso que esta Associação faz contratos para prestação de serviços a pessoas da JSD.

A afirmação que fiz pretendeu dar ênfase e foi mesmo provocatória, no sentido de perceber que há questões de promiscuidade que não podem continuar para que haja mais transparência. A transparência não se apregoa, pratica-se e concretiza-se facultando o acesso aos processos e aos documentos administrativos para que nós saibamos o que se passa. Isto é que é a verdadeira transparência”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões de total transparência.

Aquilo que os Senhores vereadores do Partido Socialista requereram é que fosse entregue a lista diária de tesouraria da Câmara Municipal. Não há nenhuma Câmara que entregue a lista diária de tesouraria com todos os movimentos, dentro daquilo que é a competência própria do Presidente. Não há qualquer falta de transparência pelo facto de não ser feita a auditoria financeira, dado ser absolutamente desnecessária porque foi prometido que se o Plano de Saneamento Financeiro for visado pelo Tribunal de Contas em 2015, como espero, a Câmara Municipal não terá dívidas a fornecedores e a empreiteiros. Tudo será pago dentro do prazo que a lei estipula. Se não há nem haverá nada escondido para que é que faz falta uma auditoria quando já não haverá dívidas? A dívida à banca está espelhada e é do conhecimento de todos. A única dívida potencial da autarquia é aquela que está no Tribunal por decidir, decorrente de processos de expropriações ainda sem decisão. Só quando o Tribunal decidir é que saberemos qual é o seu valor.

Custa-me muito o que vou dizer agora porque entra na esfera pessoal, mas como o Senhor se arvora no «rei» da transparência eu pergunto-lhe: quando o Senhor deputado foi nomeado para Diretor do ACES do Alto Tâmega e Barroso foi porque tinha uma grande experiência na área de gestão de Saúde ou porque é militante do Partido Socialista?

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – pediu a palavra para responder ao que lhe foi perguntado.

“Eu sou frontal e gosto de por os pontos nos iis. É claro que a circunstância de ser militante do Partido Socialista pesou na escolha. Mas a isso junta-se o facto de ter um curso do INA no âmbito da saúde e para além disso tenha experiência de gestão. Não tendo experiência de gestão de saúde, tinha competências académicas na área. Outros não dirão o mesmo.

Quando os governos escolhem pessoas para os representarem devem nomear as pessoas mais competentes. Se for só dentro da área do partido, eu não tenho nada a opor, mas que sejam as mais competentes”.



FRANCISCO JOSÉ T. L. SILVA PRETO do MAI - cumprimentou os presentes e disse:

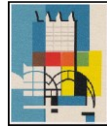
“Nos termos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 61.º, do Regimento desta Assembleia Municipal, aprovado em 18 de dezembro de 2013, apresentamos o seguinte **PROTESTO**, pelas razões e com os fundamentos seguintes, fora do âmbito de Período Antes da Ordem do Dia:

- No passado dia 15 do corrente mês, fomos convocados por e-mail, para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal;
- No dia seguinte, datado de 16 de setembro corrente, enviámos um e-mail à Sra. Funcionária nomeada do gabinete da AM, acompanhado dum requerimento dirigido ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, para que a ordem do dia incluísse um assunto julgado por nós pertinente;
- Eis o teor do requerimento:

Francisco José Teixeira Lopes da Silva Preto, membro da Assembleia Municipal de Chaves, por si e na qualidade de líder e em representação do grupo eleito para a mesma assembleia pelo Movimento Autárquico Independente, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal de Chaves, e do n.º 1 do artigo 53.º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), tendo em atenção que compete à Assembleia Municipal “*Acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal*”, vem requerer a V. Exa. que a ordem do dia da sessão ordinária para a qual foi convocado, agendada para o próximo dia 24 de setembro de 2014, inclua o seguinte assunto:

Proposta, análise e votação, de auditoria financeira externa às contas da Câmara Municipal de Chaves durante o mandato de 2009/2013, e que a mesma incida no Sistema de Controlo Interno da Autarquia, nos Princípios Contabilísticos, nas Demonstrações Financeiras, nos Proveitos e Ganhos, no Endividamento, nas Transferências, na relação com a Empresa Municipal (GEMC) e nas Associações ligadas à autarquia.

- Este requerimento foi legalmente fundamentado, nomeadamente com a invocação do n.º 1 do artigo 53.º e com a *alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º*, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- No dia 17 de setembro, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, respondeu-nos através de e-mail, apenas dizendo o seguinte: “*Relativamente ao requerimento apresentado e dado que o mesmo suscita algumas dúvidas quanto à sua legalidade, informo V. Exa. que nesta data, foi pedido à Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte, um parecer sobre o seu enquadramento legal*” (sic);
- Não explicou quais eram em concreto as dúvidas que estavam em causa, nem fundamentou legalmente o pedido de um parecer a uma entidade como a CCDRN;
- E, no dia seguinte, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviou-nos a ordem do dia da presente sessão sem que dela constasse o assunto requerido, e sem qualquer justificação;
- Ora, o Sr. Presidente da mesa e desta Assembleia poderá socorrer-se das ajudas que entender, pedindo os pareceres que e a quem entenda (nem nós temos nada a



ver com isso), não poderá é violar a lei com manobras dilatórias, deixando de dar resposta em tempo útil aos assuntos que os membros desta assembleia pretendam ver colocados na ordem do dia;

- Em cumprimento da lei, o Sr. Presidente e a mesa desta assembleia, só poderiam ter atuado de duas formas: ou inseriam o assunto na ordem do dia (que era de facto o correto e expetável, até porque, em democracia, ainda que haja dúvidas não se devem calar os debates), ou negavam a sua inserção para que intentássemos o respetivo recurso;

- Perante a gravidade da situação descrita e perante um comportamento que não acatamos, lavramos o presente protesto para constar na ata, com as legais consequências, sendo certo que, se toda esta sessão vier a ser judicialmente anulada, ficam desde já Vs. Exas., Senhores membros desta assembleia, a conhecer as verdadeiras razões”.

“Findo o PROTESTO apresentado, e agora já na utilização do período de tempo a que temos direito antes da ordem do dia, continuaremos, dizendo que a intenção de não nos ter sido dada a mencionada resposta em tempo útil foi uma pura e simples tentativa de nos calar, ficando impedidos de vir debater na ordem do dia um assunto que tanto nos preocupa e que, se não fossemos nós a invocá-lo, depressa cairia no esquecimento.

Cairia, dissemos bem, porque podemos aqui afirmar com toda a convicção que não irá cair, e que os Flavienses poderão continuar a contar com o nosso empenho, sempre, no apuramento da verdade e da transparência.

Desgosta-nos vermos políticos a falarem de verdade e de transparência com todo o à vontade e, no momento, de criarem as oportunidades para que tal aconteça, fazerem precisamente o contrário, como seja, por exemplo, impedindo os debates e as auditorias independentes, ainda que os debates sejam dentro do próprio órgão, - a Assembleia Municipal - que tem por objetivo máximo fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados e das empresas locais que integrem o perímetro da administração local.

Perguntar-se-á agora qual a razão de ser da nossa pretensão de inserir na ordem de trabalhos a auditoria financeira externa às contas da CMC. É simples e passamos a explicar:

Logo na primeira reunião de Câmara ocorrida após as eleições autárquicas, o Senhor vereador eleito pelo MAI e a Senhora. vereadora eleita pelo PS e em sua representação, apresentaram cada um deles uma proposta, ligeiramente diferentes, para que fosse feita uma auditoria financeira externa às contas da Autarquia.

Na reunião de Câmara seguinte, ocorrida no dia 4 de Novembro de 2013, e conforme consta da respetiva ata, o Senhor. vereador eleito pelo MAI, no seguimento do programa apresentado durante a campanha eleitoral e em sintonia com a equipa que o acompanhou de perto, nomeadamente a grande parte dos restantes candidatos à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, referiu e passo a citar:

“Considerando que os dados financeiros do município de Chaves, plasmados em documentos oficiais, como o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, 2011 – 2012 (Edição da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Julho de 2013), apontam para valores preocupantes em vários aspetos e muito especialmente no que toca às



finanças municipais, situação esta que levou inclusive a autarquia a ter que recorrer ao PAEL.

Assim, ao ter início este novo mandato autárquico, com novos elementos na vereação, por dever da verdade e da transparência que a democracia recomenda, eu, vereador representante do MAI – Movimento Autárquico Independentemente, proponho o seguinte:

- a) – Que em nome da verdade e da transparência seja feita uma AUDITORIA FINANCEIRA EXTERNA À AUTARQUIA, relativa ao último mandato 2009-2013;
- b) – Que a mesma incida no Sistema de Controlo Interno da Autarquia, nos Princípios Contabilísticos, nas Demonstrações Financeiras, nos Proveitos e Ganhos, no Endividamento, nas Transferências, na relação com a Empresa Municipal (GEMC) e nas Associações ligadas à autarquia.

Mais proponho que seja aprovada esta proposta e que à mesma seja dada prioridade máxima, a bem da verdade e da transparência.” Esta proposta está datada de 21 de Outubro de 2013.

Por sua vez, na mesma reunião, os Srs. Vereadores eleitos pelo partido socialista apresentaram uma proposta que, no essencial, reza assim:

“Desde há muito que se verifica uma grande divergência entre o que o Partido Socialista foi dizendo e assumindo em relação à saúde financeira da autarquia, com o que dizia o anterior executivo, ao qual pertenciam o Sr. Presidente, Arquiteto Cabeleira, e outro Vereador agora também eleito, Arquiteto Castanheira Penas, que disto bem se lembrarão;

Foi recorrente ouvir o anterior executivo referir-se à saúde das suas finanças e à capacidade para honrar os seus compromissos, apesar do próprio Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses facultar informações díspares em relação a este discurso;

Mas chegou um momento em que a autarquia teve que se deixar resgatar pelo Governo Central recorrendo ao Programa de Apoio à Economia Local até para não ter que se ver forçada a alienar os seus ativos na EHATB cuja aprovação já tinha conseguido na Assembleia Municipal;

Já nos momentos de apresentação de propostas para o Plano e Orçamento o Partido Socialista o fez sem apurar, verdadeiramente, o estado financeiro da autarquia;

Sendo assim, e em coerência com o passado, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista propõem:

- Que seja feita uma Auditoria Financeira Externa à Autarquia;
- Que esta Auditoria tenha incidência sobre o Mandato 2009-2013;
- Que esta Auditoria abarque, para além dos domínios fundamentais da análise financeira, a relação com a Empresa Municipal (GEMC) e com todas as Associações nas quais a autarquia detém participação;
- E ainda que esta Auditoria se estenda à análise de montantes e métodos de transferências financeiras para as IPSS's e outras instituições do concelho de Chaves;

Propomos, ainda, que o presente documento seja aprovado com carácter de urgência, pela importância de que o resultado desta Auditoria se reveste enquanto instrumento de gestão e, ainda, enquanto exercício de transparência pelo qual temos vindo a



pugnar, pugnamos e pugnaremos.”.

Esta proposta está datada de 24 de Outubro de 2013 e assinada pelos três vereadores eleitos pelo Partido Socialista.

Ambas as propostas foram aprovadas com carácter de urgência nesse mesmo dia, com 4 votos a favor (dos 3 vereadores eleitos pelo PS e do vereador eleito pelo MAI) e 3 votos contra (dos vereadores eleitos pelo PSD).

Os meses foram passando e, conseqüentemente, fomos assistindo à violação das regras basilares da democracia pelo executivo camarário, tendo em conta que, embora existindo duas propostas aprovadas com carácter de urgência para que fosse efetuada uma auditoria financeira externa às contas da autarquia, com desculpas infundadas, mas temendo sem dúvida tal auditoria, foi sempre protelando o que tinha sido maioritariamente decidido e não adjudicou a auditoria financeira a nenhuma entidade externa e independente conforme havia sido deliberado.

Para agravar tudo isto, absurdamente, e como pode ser comprovado pela ata de 19 de Junho de 2014, a referida auditoria externa foi agora revogada pelo mesmo executivo camarário, que atualmente tem uma configuração diferente, dado que o vereador eleito pelo MAI, a troco de um lugar de vereador a tempo inteiro, celebrou um acordo e vota sempre ao lado dos vereadores do anterior elenco camarário e não impediu a revogação da auditoria externa, não tendo comparecido na reunião de câmara e um dos vereadores eleito pelo PS inverteu o sentido de voto em 180 graus.

O principal argumento para a revogação da auditoria externa foi o seu preço (que foi estimado, julgamos que excessivamente, em 60.000,00 €), sendo certo que custou bem mais caro nomear a tempo inteiro um vereador (perto de 200.000,00 €, durante o mandato) para que a auditoria viesse a ser revogada;

Sendo ainda, no mínimo, imoral, vir invocar que não se apuram eventuais irregularidades, pelo facto de custar caro, quando o próprio elenco camarário referiu já por diversas vezes a surpresa do incremento da dívida em cerca de vinte milhões;

Ora, todos os comportamentos e atitudes referidas, apontam no sentido de que o atual executivo camarário (que tem 3 elementos que já integraram o executivo camarário anterior) pretende a todo o custo impedir que se faça uma auditoria financeira externa e independente às contas da Câmara Municipal de Chaves durante o mandato de 2009-2013, evitando desse modo a total transparência sobre o descortinar da forma como foram geridos os dinheiros públicos, razão pela qual se justifica plenamente o ponto que pretendíamos inserir na ordem de trabalhos.

Queremos dizer aos Flavienses que confiaram em nós que não esmoreceremos e que iremos sempre reagir com todos os meios legais que temos ao nosso alcance, pois não é nosso timbre ficar quietos e calados. Quem não deve, não teme”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** esclareceu que quando tem dúvidas quanto à legalidade de uma proposta ou quanto ao seu enquadramento legal, pede um parecer jurídico.

“Foi isso que fiz: limitei-me a fazer isso e aguardo o respetivo parecer da CCDRN para posteriormente poder informar convenientemente”.

BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA T. GONÇALVES do PS – disse que o quadro que indica o tempo reflete uma imprecisão quanto ao tempo utilizado pelo Partido



Socialista porque o direito de resposta e os protestos, em meu entender, não devem ser contabilizados com intervenções do Período Antes da Ordem do Dia.

Pedi esclarecimento quanto ao assalto ao cofre da Tesouraria da Câmara Municipal, ocorrido no mês de dezembro de 2013.

Um cofre com cerca de 500 kg foi levado das instalações da Tesouraria da Câmara de Chaves, com mais dez mil euros que se encontravam no seu interior, e mais um computador. Volvido bastante tempo, e em nome da verdade e da transparência, em nome do Partido Socialista incumbem-me perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se, na sequência da investigação que as autoridades competentes terão efetuado, a este episódio, foi levantado algum processo-crime; se foram indiciados suspeitos, se foram constituídos arguidos e qual o ponto da situação do processo?

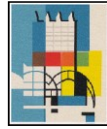
Para além do dinheiro, havia outros valores no interior do dito cofre, nomeadamente moedas romanas e outros artigos do acervo do Museu Municipal. Que tipo e quais os valores que realmente se encontravam dentro do cofre? O valor de dez a doze mil euros apontado à data, pela comunicação social, resultou daquilo que a Câmara Municipal transmitiu aos órgãos de comunicação social e correspondia ao valor total e global do prejuízo calculado à data, ou entretanto apurou-se mais algum valor? Que estratégias e que diligências no sentido de alterar e reformular procedimentos de segurança foram entretantos tomadas pelo executivo após o ocorrido?

No passado mês de Agosto, numa ação que até granjeou muito apoio popular, o executivo da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, nas pessoas do seu atual presidente e de um membro eleito pelo MAI, pelas suas próprias mãos, desenvolveram uma ação de limpeza no Centro Histórico, tendo sido dado conhecimento público dessa iniciativa. Sem querer criticar estas ações entendo que deve deixar-se no plano operacional, aquilo que é operacional e no institucional o que é institucional. Perante essa situação aguardo para saber o objetivo da ação. O resultado chegou com a notícia de que no dia 15 de setembro a Câmara de Chaves lança uma operação de limpeza no Centro Histórico para tornar a cidade mais limpa e agradável; a ação de limpeza ocorrerá durante uma semana, entre as 04 e 08 horas da manhã e envolverá operários de duas divisões municipais. A Divisão de Recursos Operacionais e a Divisão de Águas e Resíduos.

Depois de um ano tenho de felicitar a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior por, finalmente, após tanta insistência dos movimentos cívicos, das associações e sobretudo do Partido Socialista, darem a devida atenção ao Centro Histórico. Pergunto: Ambas ações resultaram de uma colaboração estratégica, concertada e consensualizada entre a Câmara e a Junta? A limpeza ocorrida a 15 de setembro foi de caráter excepcional ou prevê-se que venha a ser repetida? Com que periodicidade? Na sequência desta ação prevêem-se iniciativas semelhantes noutros pontos da cidade, ou visa apenas o Centro Histórico? Finalmente devem os cidadãos deduzir que é à Câmara Municipal ou à Junta de Freguesia que incumbe a obrigação/competência para a limpeza, ou a ambas?"

MARIA ZÉLIA VALOURA do CDS/PP – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

Em finais de Agosto último realizou-se a 2ª edição da Feira dos Povos - Mercado Romano.



Este evento associado à diversidade cultural que marcou a identidade do concelho ao longo dos tempos, distinguiu-se por alguma originalidade, ao sair do registo das feiras medievais, eventos comuns a várias localidades do país. Diferenciando-se em Chaves esta iniciativa, por assentar na idiosincrasia do lugar onde vivemos.

Esta festa dos povos, inspira-se, assim na interculturalidade que em Chaves atravessa os tempos até à atualidade como consta de registos ancestrais nomeadamente do documento epigráfico “Padrão dos Povos”.

Esta feira, (apesar das reclamações de alguns expositores), registou uma afluência significativa de pessoas e uma qualidade digna de nota positiva. Podendo, tornar-se uma marca forte para Chaves. Lembramos, todavia, que em Abril de 2013 tínhamos apresentado, no nosso programa eleitoral às últimas autárquicas, a realização de um evento com esta temática.

Em início de ano letivo, gostaríamos de destacar uma inovação formativa de nível secundário em Chaves e para a qual o CDS /PP deu o seu contributo. Refiro-me à aprovação do curso Profissional de Instrumentista que se iniciou este ano, no 10º ano no Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins em parceria com a Academia de Artes de Chaves. Esta é uma oferta educativa que dá continuidade ao trabalho articulado na formação de músicos de excelência em Chaves e preenche uma lacuna nesta área de formação.

Ainda dentro da temática da educação e tendo em conta o encerramento do Pólo da UTAD em Chaves, sabendo que Chaves é um local estratégico e incontornável na região, impõem-se uma questão simples:

Qual a solução estratégica para que em Chaves haja ensino superior público?

Temos de agir para colmatar perdas tão “estruturantes” no concelho.

Ainda em relação à educação, penso que o tempo das férias escolares é o tempo ideal para se fazerem as intervenções de manutenção nas escolas. Este apontamento vem em consequência do corte nas árvores na EB1 de Santo Amaro. Foi preciso começarem as aulas para que se cortassem as árvores no recreio. Penso que era importante fazer um levantamento junto das escolas em tempo letivo das necessidades existentes para que as intervenções fossem planeadas fora dos períodos escolares.

O Balneários Termal de Chaves faz parte da sua história e da sua fundação.

Pensar em Chaves é pensar de imediato nas suas termas e nos tratamentos associados. Principalmente para quem nos vê de fora.

Fator de identidade e desenvolvimento, este ano o “ex libris” não cumpriu a sua função.

Muitos aquistas e turistas para não dizer milhares, viram-se privados de fazerem em Chaves os seus tratamentos, ou visitarem um “património” natural praticamente único no mundo.

As obras que derraparam no tempo e que pecaram por não terem começado mais cedo, tendo em conta a preciosidade dos meses considerados de verão para a atividade banhar em Chaves, afetaram a época termal de 2014, marcando-a pelo encerramento de uma das mais importantes marcas flaviense. “As Caldas”.

Além de afetar todo o tecido socioeconómico e empresarial e o emprego local, resultando, isso em avultados prejuízos diretos e indiretos para todos os que aqui vivem, principalmente para os comerciantes empresários e economias familiares que se veem privadas de emprego relacionado com as caldas. Esta situação tem ainda grandes implicações para o futuro, porque os prejuízos de 2014 se prolongam para os comerciantes e empresas entre outros, para além do tempo em que ocorrem. Pois, muitos aquistas nomeadamente os que experimentam outros destinos quebram a tradição de virem para Chaves, podendo isso ser um handicap para que retornem a este destino termal. Assim como os novos aquistas que vendo-se, impedidos de



virem para Chaves fazer termas por estas estarem encerradas procuram, outros destinos onde iniciam uma tradição turística. Atendendo às vantagens do “buzz marketing” alguém que se viu impossibilitado de vir a Chaves pelos motivos apontados, não irá passar informação, nomeadamente informação promocional. Não há dúvida que os prejuízos de curto prazo têm consequências de médio e longo prazo.

Por isso gostaria de perguntar qual a estratégia para promover as caldas, recuperar a perda de aquistas e colmatar os prejuízos causados aos agentes socio - económicos do concelho. Se fevereiro é efetivamente a data da abertura do balneário para 2015 como consta do site das Termas de Chaves.

Ainda centrada na zona das caldas, gostaria de mencionar aqui o assunto das piscinas municipais. Além de não me parecer que o mês de agosto seja o mês indicado para a manutenção das piscinas municipais por tudo o que as piscinas e o mês de Agosto têm associado, nomeadamente tempos de lazer. O que se verificou é que estas estiveram encerradas durante todo o mês de agosto. Estamos praticamente no final do mês de setembro e o concelho de Chaves não tem a sua piscina municipal a funcionar. Para quando a sua reabertura? Tendo em conta a sua finalidade de acordo com as normas regulamentares onde assenta:

“A Piscina Municipal, visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, servir os cidadãos ao nível de atividades aquáticas, proporcionando igualmente atividades de ensino, de lazer e de ocupação de tempos livres”.

Ainda na senda da saúde e da promoção turística de Chaves. Apesar de no contrato de prestação de Serviços de recolha de resíduos sólidos e higiene urbana do concelho, não haver nenhuma cláusula que defina a manutenção da higiene dos contentores verdes, dispostos pelo concelho, o referido contrato de prestação de serviços refere-se na alínea j da cláusula A, à obrigação de limpar todos os veículos ao terminarem os trabalhos diários com a finalidade de no dia seguinte ao entrarem novamente em serviço oferecerem um aspeto de limpeza e asseio que os serviços merecem.

Seria importante que por analogia (já que existe uma lacuna em relação aos contentores) e por uma questão de salubridade que a referida cláusula fosse aplicada aos contentores de lixo, tendo em conta as más condições de higiene destes equipamentos e o cheiro que em consequência exalam, com todas as agravantes, pelas implicações na saúde pública, (não só para a população em geral), mas também para as pessoas que trabalham na recolha do lixo.

A lavagem frequente dos contentores poderia minorar os efeitos das condições de higiene em que se encontram e o ambiente tornar-se mais respirável nas imediações destes e Chaves ser considerada uma cidade mais limpa.

A passagem de linhas de muita alta tensão no concelho de Chaves está a preocupar a população de algumas localidades das freguesias afetadas. Nomeadamente, pela falta de informação e esclarecimento sobre um projeto que irá interferir com o lugar onde essas populações habitam.

Tendo em conta a previsão para o arranque da obra em janeiro de 2015, seria importante, que as populações, nomeadamente as diretamente afetadas tivessem quanto antes acesso a informação sobre um assunto que lhe diz respeito e que interfere com o seu habitat, principalmente para poderem dar contributos, atendendo às condições de sustentabilidade do projeto. Sendo importante que para além dos estudos de impacto ambiental que sustentam o referido projeto, fossem realizados estudos de impacto nas economias locais e familiares, (tendo em conta a dependência da agricultura das famílias nas freguesias envolvidas), e estudos, inclusivamente comparativos sobre o efeito destas linhas de muita alta tensão na saúde das pessoas que moram perto delas.



DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – cumprimentou os presentes e disse ter sido informado que no Bairro da Traslár existem materiais de fibrocimento, retirados de telhados de uma série de habitações por serem prejudiciais para a saúde pública e depositados no chão onde brincam crianças. Dizem que o empreiteiro terá falido e a confirmar-se, o que é muito grave, terá de haver uma resposta dos serviços da autarquia.

“Infelizmente acabaram com o único refeitório em funcionamento, que pertencia ao Agrupamento de Escolas António Granjo. É mais um retrocesso civilizacional. Servir tudo em comida empacotada para que depois o Estado e os serviços nacionais de saúde andem a gastar dinheiro em problemas de obesidade, nas alterações nutricionais, etc. Poderão encontrar-se os mais diversos argumentos, mas o que não se espera é que a CDU cale mais um passo atrás no caminho da barbárie. Por crianças, desde os seis anos, a comer comida plastificada e congelada.

A CDU subscreve a indignação e a preocupação do MAI pela incoerência da autarquia. A descredibilização da política é isto. O Senhor Presidente da Câmara diz que quem não deve não teme, mas é em nome da transparência que deveria ser feita a auditoria pedida.

Sobre a troca de palavras entre o Presidente da Câmara e o PS no início da sessão há uma lista de nomes de um lado e de outro que podiam ser apontados. Ambos tiveram razões no que disseram. Infelizmente nos últimos anos, em termos nacionais e também locais, assistimos a uma situação em que o cartão quer do PS, quer do PSD tem muita importância, em que as nomeações levantam dúvidas. É certo que, legalmente, nada impede os membros de uma associação de serem militantes partidários e serem chamados a trabalhar numa autarquia.

Vivemos num período de grande depressão e o facto de as Termas de Chaves estarem encerradas piorou muito a situação. Para além disso temos a UTAD a sair de Chaves, o Mercado Abastecedor que não se afirmou, são as obras das Termas Romanas que não avançam, é o desemprego que não baixa, é um conjunto de situações que não ajudam nada. O Senhor Presidente diz que foram investidos cem milhões de euros nos últimos anos, mas o concreto para as pessoas foi pouco, ficou aquém.

Continuamos a assistir à degradação do nosso Hospital e verificamos que a Assembleia Municipal Extraordinária serviu para pouco e que a convenção Autárquica não serviu para nada. Foi assinada um documento por cerca de 80% dos médicos do Hospital, que foi entregue há dois meses à Direção do Centro Hospitalar, dizendo que os médicos profissionais do Hospital de Chaves querem saber, serviço a serviço, qual é o projeto para Chaves. Isto porque a declinação do Hospital, onde três técnicos de Laboratório se reformaram e não foram substituídos, onde há atraso e cancelamento de análises, em que há análises que não são feitas por falta de reagentes, onde faltam auxiliares, onde falta higiene, onde falta limpeza. É necessário perceber onde isto acaba e quando a Câmara entende, publicamente, que é preciso um movimento de força, com os mecanismos que achar por bem. Há seis meses que discutimos manifestações, ficou-se por uma convenção autárquica que ficou castrada completamente, pelos Presidentes das Câmaras. Fica aqui o desafio para esta grave situação.



Qual é o Plano do PSD no governo e na autarquia? O Plano da CDU todos o conhecem; estamos disponíveis para esclarecer as situações e para ir para a rua lutar para que o Hospital tenha um projeto viável.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – cumprimentou os presentes e disse pretender fazer algumas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara.

“O Senhor Presidente da Câmara considera que os Senhores Presidentes da Junta têm mais dignidade institucional do que os membros eleitos desta Assembleia Municipal? Se sim, diga-me qual a razão porquê eles têm um tratamento protocolar diferente. Se não está tudo explicado.

A Câmara Municipal cobra, regularmente, mensalmente, a conta da água, do saneamento e da recolha dos resíduos sólidos? Os consumidores pagam atempadamente e quem não pagar é sancionado?

A Câmara paga mensalmente à entidade que lhe fornece a água, à entidade que trata o saneamento e à entidade que recolhe os resíduos sólidos urbanos?

O Senhor Presidente da Câmara tem conhecimento que é comportamento genérico dos Presidentes de Câmara, a nível do país, dar uma informação mensal dos pagamentos que a Câmara efetua aos seus vereadores? Foi ou não solicitado por um vereador do seu executivo, uma listagem mensal dos pagamentos que a Câmara efetua e essa listagem nunca foi fornecida? ”

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que a questão inicialmente discutida foi no âmbito do direito de resposta. Que ainda não usou todo o tempo referente ao “Período Antes da Ordem do Dia”.

Disse que há uma questão que preocupa a sua bancada, que tem a ver com a gestão dos sistemas da água em baixa. Isto porque tem sido uma área muito sensível que tem sido usada como pretexto para justificar o desequilíbrio financeiro da autarquia - o hipotético défice tarifário. Que têm receio que esta questão ligada ao processo da gestão do sistema em baixa, do abastecimento de água aos cidadãos, esteja a ser condicionada e não esteja a ser devidamente acautelada pela fragilidade negocial em que a autarquia se encontra.

“Como sabemos que o Município de Chaves tem uma dívida reconhecida e um contencioso de valores muito significativos, era importante que esta questão não prejudicasse nem influenciasse a decisão relativamente à questão da verticalização do sistema, mas sobretudo que não tivesse grande impacto ao nível das tarifas que são pagas pelos consumidores finais. Ligada com esta questão está a circunstância de termos um concelho em que nalgumas freguesias, a gestão do sistema é feito pela respetiva Junta de Freguesia e nós pretendíamos que os investimentos que foram feitos pelas Freguesias, quer na rede, quer na captação, quer nos depósitos, quer nos sistemas do tratamento da qualidade da água fosse levados em consideração e se garantisse que o controlo efetivo por parte daquelas que entenderem continuar a gerir o sistema, fosse feito. A Lei que regula a água diz que só podem ser os municípios a fazer a gestão da água. Mas se for feita uma negociação em que sejam definidos claramente os custos que lhe possam ser imputados e as freguesias que quiserem continuar a fazer a gestão da água o possam fazer e não entrem na negociação que por ventura venha a ser feita pela Câmara Municipal. Se eventualmente já existe alguma proposta, alguma discussão prévia relativamente a



esta questão, gostaríamos de saber quais são os principais pressupostos e as principais regras de enquadramento. Isso era importante para que esta Assembleia, que em definitivo vai tomar decisão sobre esses contratos, pudesse ir acompanhando essa questão”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – respondeu às questões colocadas.

Sobre o assalto à Tesouraria ocorrido em dezembro de 2013, que se materializou no roubo do cofre da autarquia, continua a investigação e a entidade responsável ainda não nos enviou nenhum relatório.

Sobre a estratégia de segurança foi instalado um novo cofre fixo com soldadura ao chão, para que essa situação não se repita. Foi também colocada uma câmara de videovigilância equipada com infravermelhos. O ideal seria que à medida que a sociedade vai evoluindo essas coisas deixassem de acontecer. Seria sinónimo de avanço civilizacional mas, infelizmente, isso não se verifica. Não sei de memória quer os bens, quer os valores ali guardados mas vou fazer-lhe chegar uma lista com o que lá estava. Havia vários bens e desconheço se o inventário que está feito tem o rigor absoluto.

Sobre a limpeza do Centro Histórico relembro esta Assembleia Municipal que os recursos da autarquia não são muitos e dado o momento de dificuldades que atravessamos, não nos é possível recorrer a contratação de serviços externos por não dispormos de fundos disponíveis. Os serviços da Câmara não têm capacidade para fazer tudo o que é necessário, mas a verdade é que uma cidade limpa não é aquela que a Câmara limpa bem ou limpa mal; uma cidade limpa é aquela que os cidadãos não sujam. Também imaginei que no final de quarenta anos de educação para a cidadania, cada vez menos se necessitasse da Câmara para a limpeza urbana. Mas isso seria o desejável, infelizmente não é a realidade. Se a Junta de Freguesia coordenou com a Câmara ou não, parece-me absolutamente irrelevante. De acordo com a Lei 75/2013 veja de quem é a competência e, perante isso, faça a sua queixa a quem tiver essa competência.

Os protocolos estabelecidos entre a Câmara e as Freguesias, obrigatoriamente vêm todos à Assembleia Municipal; se não veio é porque não existe.

A UTAD saiu de Chaves. Lamentamos a atitude dos governos e das instituições que não se preocupam com o interior. O executivo está em conversações com o Instituto Politécnico de Bragança para ver se é possível criar algumas licenciaturas em Chaves, para além dos cursos de nível cinco, que não foram criados porque não houve entendimento entre os Institutos Politécnicos e o Governo. Os Politécnicos estão a fazer algum boicote a este nível de ensino que o governo quer implementar.

O corte da poda das árvores na Escola de Santo Amaro devia ter sido feito antes da abertura das aulas pelo que a chamada de atenção do Senhor deputado tem toda a razão de ser.

Sobre o encerramento das Termas já expliquei por diversas vezes o que aconteceu. A empreitada, de acordo com o projeto, tem a duração de um ano.

Se queremos transportar para a área política todos os assuntos, nomeadamente a calendarização de uma obra em função de um projeto técnico, provavelmente o executivo municipal em vez de integrar apenas sete pessoas no seu elenco deveria integrar vinte. Assim cada uma teria algo para analisar e os técnicos da autarquia não



propunham nada. O tempo que os técnicos entenderam adequado para conclusão dos trabalhos foi de um ano. Houve duas razões para que 2014 fosse o ano das obras. Por um lado porque em 2013 as pessoas foram avisadas do encerramento do Complexo Termal no ano de 2014; por outro lado a obra teve de ser iniciada em 2013 para não se perder o financiamento, dado que estávamos no término de um Quadro Comunitário de Apoio e era totalmente incerto se teríamos financiamento no próximo Quadro. Se estivéssemos a iniciar um novo Quadro Comunitário de Apoio seria possível candidatar a obra com a realização em três anos. No primeiro ano faríamos a ampliação e a alteração das infraestruturas básicas; no segundo ano poder-se-ia fechar uma ala realizando aí as obras necessárias e no ano seguinte seria a vez da outra ala. Isso não foi possível porque como estamos no fecho de um Quadro Comunitário de Apoio, a obra teve de ser lançada na totalidade.

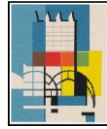
Infelizmente a relação com o empreiteiro continua a não ser boa, porque continua a fazer tudo, por tudo para arrastar a obra; pediu prorrogação dos trabalhos até meados de novembro e terá de suportar as consequências legais se a partir daí não cumprir. Foi-lhe dada a prorrogação graciosa porque a obra foi consignada em julho de 2013 e não pôde começar os trabalhos porque isso implicava o fecho do balneário a partir desse mês.

Já disse aqui diversas vezes que o problema fundamental do balneário era a falta da certificação da instalação elétrica e conseqüentemente haveria outras situações irregulares. Uma vez detetadas essas questões tinham de ser resolvidas de uma vez por todas para que o complexo funcione devidamente.

Supõe-se que em fevereiro do próximo ano o Balneário das Termas de Chaves esteja a funcionar nas devidas condições mas com o andamento que os trabalhos estão a ter, já não sabemos se nessa altura estará pronto para abrir de novo ao público. Isto porque o empreiteiro, que tem mais advogados do que engenheiros, está constantemente a levantar problemas. Um exemplo: - alteração total para a instalação do equipamento mecânico. Retirou-se a instalação mecânica anterior e foi colocada a nova mas como o projeto é diferente, as condutas não passam rigorosamente onde passava as anteriores, numa determinada parede ficou lá o buraco. O empreiteiro diz que no caderno de encargos não consta nenhum artigo que diga que tem de tapar buracos e, como tal, isso implica trabalhos a mais, que a Câmara vai ter de pagar.

Reparem no grau de dificuldade que está a ter a gestão desta obra, com um empreiteiro desta natureza. Nunca vou a reuniões de obra. Com este empreiteiro já reuni quatro vezes, em contexto de reunião de obra e disse ao Engenheiro que esta obra e todas as demais deviam ter apenas um artigo que dissesse «conclusão da obra em bom estado de funcionamento». São pormenores acima de pormenores que não fazem sentido e por cada pormenor resolvido são contabilizados trabalhos a mais. Isto são as regras da contratualização pública que temos.

Uma obra que foi à praça por três milhões e quinhentos mil euros, foi adjudicada por dois milhões e novecentos mil mas não foi por vontade da Câmara; se pudéssemos adjudicar a uma empresa por três milhões e quinhentos mil, certamente a obra já estaria pronta e não arranjava habilidades para ganhar mais dinheiro. Perante todos estes problemas tem sido para nós muito difícil gerir esta obra. Alguém perguntou



porque não se rescinde o contrato com este empreiteiro por justa causa. A verdade é que não é possível porque isso implicava a abertura de novo concurso público para os trabalhos que faltam, implicava providência cautelar pelo empreiteiro porque sai forçado, obras paradas, fim do financiamento comunitário e as obras sem terminar e sem data de resolução.

O Senhor deputado tem razão no que disse sobre as piscinas municipais. Resulta da incapacidade financeira e isso arrasta todas as outras contrariedades.

Sobre a recolhe dos resíduos sólidos a Senhora deputada Zélia está mal informada. O contrato tem um artigo que obriga à limpeza dos contentores e os serviços da Autarquia estão a fiscalizar essa limpeza.

As linhas de muita alta tensão têm estudo de impacto ambiental. A Câmara participou, foram colocados os respetivos editais, as Juntas de Freguesias foram informadas e o processo está a decorrer normalmente, dentro das formalidades que a lei determina.

O Senhor deputado Manuel Cunha falou na existência de telhas em fibrocimento depositadas junto de edifícios, no Bairro da Traslár. Como o Senhor sabe este é um Bairro privado e essa situação decorreu de uma intervenção em edifícios privados. Vou informar-me se a Câmara Municipal pode e deve tirar este resíduo e se tem enquadramento legal no seu sistema contabilístico dado que implica despesas para a Autarquia em benefício de particulares porque tem de remover o fibrocimento e transportá-lo para uma empresa credenciada que faça o tratamento do resíduo. O Ministério do Ambiente é que tutela estas questões. Comunicaremos essa situação aos órgãos de tutela.

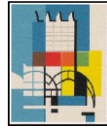
O refeitório do Agrupamento de Escolas António Granjo não acabou; a cozinha é que foi concessionada por decisão do Ministério de Educação.

Se em 2015 as dívidas a fornecedores não forem totalmente pagas, manda-se fazer a Auditoria. Eu estou tranquilo e tenho a minha consciência tranquila porque sei que não há faturas na gaveta; há faturas devolvidas das Águas de Trás-os-Montes mas isso nunca se negou. O Revisor Oficial de contas escreve isso no seu Relatório, como podem verificar.

O ambiente depressivo não é só para Chaves, deve-se ao momento que o País atravessa e é de tal forma que no fim de três anos, sujeitos a sacrifícios, nomeadamente salariais, com o interior a ver serviços a fechar, nem assim o défice é controlado porque a dívida pública aumenta. Quem está em depressão é o País.

O Senhor deputado Anselmo Martins questionou-me sobre a dignidade institucional. Enquanto membros desta Assembleia têm todos a mesma dignidade institucional. Os Senhores Presidentes de Junta, para além de serem membros desta Assembleia são titulares de um órgão executivo autárquico. Por isso podem ser convidados na qualidade de Presidentes de Junta, para eventos que a Câmara realiza, o que não significa desrespeito pela Assembleia Municipal.

Eu não assumo o que o Senhor deputado quer que eu assumo. O que eu digo é que os Senhores deputados, enquanto membros da Assembleia Municipal, têm rigorosamente a mesma dignidade institucional. O Senhor pode não concordar com o Protocolo da Câmara Municipal ao não convidar a Assembleia Municipal para todos os eventos que promove, com exceção do seu Presidente que é sempre convidado

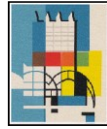


em representação do Órgão – Assembleia Municipal. Os Senhores Presidentes de Junta são sempre convidados para os diversos eventos como Presidentes de Junta e não como membros da Assembleia Municipal.

Os consumidores têm obrigação de pagar a água e quando não o fazem, o débito vai para execução fiscal com juros acrescidos. A Autarquia não tem pago à ATMAD; continuamos a devolver faturas. Se lerem as atas da AM, nomeadamente a primeira comigo à frente do executivo, verificarão que nessa altura disse que a Autarquia tem um problema que se chama sistemas multimunicipais – águas, saneamento, tratamento e valorização dos resíduos sólidos. É uma herança demasiado pesada e não é só a Câmara Municipal de Chaves que tem esse problema. Todos os municípios da ATMAD que consomem água têm esse problema. O mal é que nem todos consomem, desrespeitando o sistema a que aderiram. O investimento foi feito em função do número de municípios aderentes, tendo por base um número mínimo de consumidores, que reduziu drasticamente, fazendo repercutir o investimento na tarifa aplicada, obrigando os municípios que consomem a pagar a água muito mais cara do que aquilo que inicialmente foi determinado. O valor de referência aprovado por esta Assembleia Municipal em 2001, quando deliberou aderir ao sistema multimunicipal, contra o voto dos eleitos e dos vereadores do PSD, era de 41 centavos/m³. Sem razão que o justifique e porque são as Águas de Portugal que mandam na ATMAD onde detém mais de 50% do capital social, o valor da tarifa foi subindo unilateralmente e está hoje a ser cobrada aos municípios consumidores a 69 centavos/m³. O Porto compra a água a 38 centavos. Não há coesão territorial e é contra isso que todos os municípios do País que consomem água, estão a lutar. Todos os municípios do País e em particular os que integram a ATMAD têm estado à espera de uma resolução política deste assunto. A ex-Ministra Dulce Pássaro, do PS, chegou a estabelecer uma tarifa de 50 centavos/m³, valor bem inferior ao cobrado pelas Águas de Portugal, mas não transformou essa decisão em Lei. Esperamos que o assunto venha a ser resolvido. Desta forma o sistema é incontrolável.

Sobre o pedido formulado pelos Senhores Vereadores do PS sobre a listagem de pagamentos mensais, vou avaliar a questão com rigor e virá uma informação a esta Assembleia Municipal sobre o assunto, sem qualquer problema.

Sobre a questão dos sistemas em baixa, na primeira sessão deste mandato, em dezembro de 2013, disse que a Câmara Municipal de Chaves iria negociar com a empresa Águas de Trás-os-Montes para lhe passar a gestão da baixa. Hoje reafirmo o que então disse. Estamos a negociar. Estão aqui membros da Assembleia Municipal que também o eram em 2001 e eu pergunto-lhes: quando foram confrontados com a violência de termos de aderir ao sistema multimunicipal de águas e saneamento, quantas reuniões prévias houve de preparação? Quantos documentos foram distribuídos à Assembleia com bastante antecedência, ao não ser aqueles que a lei determinava, para que os membros da AM pudessem estudar o assunto e discuti-lo devidamente? É evidente que hoje, em circunstâncias distintas, exigimos que as coisas sejam diferentes. Na altura a prática não foi essa e foi um erro extraordinário ter-se aderido à Empresa Águas de Trás-os-Montes. Eu era Vereador e sei muito bem a qualidade e a quantidade de água que a Câmara tinha para distribuir em 2001 e também sei que outros caminhos poderiam ter sido percorridos se não se



tivesse aderido, como outros municípios não aderiram, ao sistema. Também há os que aderiram e não consomem. Eu não sei como isso é possível, mas acontece. Hoje é impossível continuar no sistema multimunicipal, em que o acionista maioritário decide como quer o preço da água e à Câmara Municipal só lhe resta aumentar o preço de uma forma descomunal aos consumidores, ou entrar em rotura, para ver se é encontrada uma solução política.

O preço de referência que está a ser negociado com as Águas de Trás os Montes é de 27 euros por cada 10 m³ de água e de saneamento. Os estudos indicam que 10 m³ é o consumo médio por família. Está a ser produzida legislação que determina que quem vai estabelecer o preço da água no País é a ERSAR.

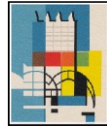
O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro colocou uma questão que tem um segundo objetivo político, sobre a continuação da gestão da água por parte das freguesias. Eu pergunto: podem as freguesias continuar? Se a lei permitir que a Câmara Municipal não seja obrigada a gerir o território todo, as Juntas de Freguesia continuaram. Não tenho interesse nenhum em gerir a água das freguesias; se assim fosse tivemos doze anos para decidir e não o fizemos. Os Senhores Presidentes de Junta não se poderão queixar de falta de informação. Já reuni com eles algumas vezes e expliquei-lhes a situação. Tem recebido informação diretamente da ERSAR. Se as Juntas puderem continuar a ser as gestoras dos sistemas de água, continuarão a sê-lo. Se isso não puderem ser, por força da lei, terá de ser a Câmara a fazê-lo. A Lei foi publicada em 2009 e desde então muitos dos Senhores Presidentes de Junta tem vindo a ser informados que, a partir de 1 de janeiro de 2015, devem ser as Câmaras a assumir a gestão total dos sistemas.

Entretanto pedi aos Senhores Presidentes de Junta que deliberassem quer na Junta, quer na Assembleia de freguesia sobre se querem ou protocolar com a Câmara um modelo de gestão compartilhado em que a Câmara como entidade responsável assumiria todo o processo administrativo – tratamento, controle de qualidade, leituras, emissão de faturas e cobrança – ficando as Juntas com a parte operacional; manutenção da rede, alargamento do investimento e vigilância nas fugas de água. A Câmara faria a retenção da receita gasta com o processo administrativo, revertendo o remanescente a favor das Juntas em função do acordo de parceria. Como devem compreender não faz sentido que a Câmara assuma sistemas de gestão de água para ter prejuízo, nem a lei o permite. Quem vai estabelecer o preço da água para todo o território nacional é a ERSAR. Se as Juntas de Freguesia que não queiram a parceria e que não queiram que a Câmara Municipal assuma a responsabilidade que a lei lhe confere, podemos ter algum problema. Esse problema resolve-se ao fazer o acordo de parceria com a ATMAD onde incluiremos essas freguesias com as quais não há acordos de parceria, passando a ATMAD a gerir todo o território.

JOSÉ PIMENTAL SARMENTO do PSD – cumprimentou os presentes e disse que ficou ofendido pelo tratamento que lhe foi dado aquando da homenagem ao Senhor Marechal Costa Gomes, para a qual recebeu um convite.

Disse que a sua mágoa não tem a ver com os Senhores Presidentes de Junta que têm o dever e o direito de estar, dentro dos critérios que a Câmara estabelecer.

“Eu não me sinto bem nesta situação. Recebi dois convites para assistir às cerimónias e não sabia que só os Senhores Presidentes de Junta é que tinham direito



a sentar-se na bancada. Quando fui para me sentar fui interpelado por uma funcionária que me disse que não me podia sentar ali. Eu convenci-me que se os Senhores Presidentes de Junta estavam ali sentados eu também tinha o direito de estar, mas pelos vistos não tinha. Fiquei envergonhado com a situação.

Não sei quais são os critérios mas peço que para situações semelhantes a esta não me voltem a convidar. Ou me convidam pelo que eu sou, porque sou um eleito local para defender as populações e para as representar. Perguntei ao Senhor deputado Manuel Cunha porque é que ele tinha convite para o palco. Agora sei que estava convidado como Presidente da Comissão Política da CDU.

Era melhor que não tivessem enviado convites a ninguém e eu ia se entendesse que devia ir ou então ia para junto do povo e não passava por aquela vergonha”.

Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”.

A ata número quatro referente à sessão ordinária realizada no dia 27 de junho de 2014, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

O Senhor deputado José Pimentel Sarmento pediu que as suas intervenções fossem menos resumidas. Disse que não constam frases que proferiu e que considera importantes. Pediu que seja corrigida. Votará a ata favoravelmente.(Foi tido em consideração).

Posta à votação foi aprovada por maioria, com 4 abstenções por ausência na última sessão.

A ata número cinco referente à sessão extraordinária realizada no dia 16 de julho de 2014, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro apresentou alguns reparos à ata. E pediu a correção de pequenos lapsos ali verificados. (Foram tidos em consideração e corrigidos).

Posta à votação foi aprovada por maioria, com 4 abstenções por ausência na última sessão.

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

2 – Obras em Curso - Documento anexo

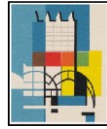
3 – Outras Atividades Relevantes - Documento em anexo.

Outras Informações:

Intervieram os seguintes deputados:

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que o Senhor Presidente não respondeu às questões sobre saúde, provavelmente por lapso.

“Houve uma reunião no Ministério da Saúde com os Senhores Secretários de Estado e penso que continuará a haver contatos entre a Autarquia e a Administração do



Centro Hospitalar; penso que é urgente que alguma coisa se faça de concreto e com impacto.

Passados três meses sobre a Convenção Autárquica, realizada sob proposta da CDU e aprovada pela Assembleia Municipal que também denunciou, em tempo útil, que o modelo de organização se destinava apenas a esvaziar o impacto. O tempo demonstrou que foi exatamente isso que aconteceu. Os resultados concretos são zero e a degradação do Hospital continua. Não sabemos o que é que a Comissão que saiu da Assembleia Extraordinária sobre saúde pretende fazer mas o que não podemos é ficar de braços cruzados.

Será que passa pelas políticas nacionais do Ministério da Saúde o investimento em profissionais, na estratégia de recuperar o Hospital de Chaves? Mude ou não a Administração, independentemente do modelo de gestão, se não se podem contratar auxiliares, enfermeiros e técnicos isso é impossível. Que iniciativas vão ser tomadas para poder responder às populações. Houve uma Assembleia Extraordinária sobre saúde, houve uma Convenção Autárquica que foi esvaziada e meses depois continua o declínio do Hospital sabendo-se que podem aparecer propostas de obras/remodelações pontuais que não são negativas; mas se não houver reforço dos recursos humanos e se não houver um projeto nítido para o hospital, como um todo, e para cada serviço, vamos continuar a assistir ao declínio do nosso hospital. Ficamos à espera da informação do Senhor Presidente da Câmara sobre isso.

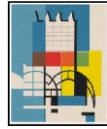
Em relação à Assembleia Geral da Associação Promotora para o Ensino de Enfermagem, nós sabemos que as dificuldades são crescentes na área do ensino, e aqui já não é Ensino Superior Público mas é Ensino Superior em que as entidades que estão envolvidas, no essencial são as autarquias; sabemos que a origem dos alunos é cada vez mais de alunos que não são portugueses. A viabilidade da Escola de Enfermagem está ou não assegurada e de que forma se vai assegurando o rigor e o fundamento da qualidade científica do curso?

O Senhor Presidente da Câmara já desmentiu a notícia que lhe é atribuída, da criação de catorze postos de trabalho para a Fundação Nadir Afonso e a pergunta que faço é: quando se prevê que a Fundação abra ao público? Qual vai ser o modelo de gestão? Qual vai ser o papel da Autarquia quer em termos de recursos humanos, quer em termos de recursos financeiros.

Por acaso em 2001 quando o PSD votou nesta Assembleia contra a adesão às Águas de Trás-os-Montes, em todos os sítios de Trás-os-Montes em que era poder, votou a favor. Uma das coisas que é um erro para o desenvolvimento do País é que se dimensionou o consumo de água pressupondo que a população do Concelho crescia. Como está em forte contração, também estamos com compromissos de consumo que, provavelmente estão altamente sobrevalorizados.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – perguntou se esta informação sobre a Atividade Municipal e a informação sobre a Situação financeira e Económica da Autarquia não devia ser enviada com maior antecedência. Foi-nos enviada ontem e pela leitura conjugada dos vários artigos da lei, em meu entender, devia ser enviada com mais antecedência.

Disse que a Informação a remeter à Assembleia Municipal não é apenas de caráter orçamental mas que também é de caráter económico. Os mapas que lhes foram



enviados têm informação apenas orçamental; não têm nenhuma informação de caráter económico.

Sobre este ponto gostaria de saber se, relativamente à listagem das obras em curso, a informação que nos foi remetida levou em consideração a observação que apresentamos na última Assembleia no sentido de colocar num mapa apenas as obras que estão em execução. Isso está aqui e de facto apresenta uma leitura mais simples.

Relativamente à Atividade Municipal entendo que a Informação continua a ser muito pouco informativa dado que o seu objetivo é informar acerca das principais atividades e ações que o Presidente da Câmara fez no período decorrido desde a última AM; sobre os temas abordados e as conclusões encontradas não diz nada. Se essa explicação viesse no próprio documento não teríamos a necessidade de vir aqui fazer perguntas.

Relativamente às obras de Museu das Termas Romanas gostaríamos de saber se o muro que está a ser feito vai importar em mais encargos para a Autarquia e se sim qual o valor.

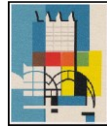
Queremos saber se neste momento já está apurada a conta final do processo de liquidação do MARC e quando é que essa internalização será feita nas contas do Município.

Gostaríamos de saber se na reunião que teve com o Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional foram equacionadas algumas questões de relevância para o Concelho, nomeadamente a estrada Chaves-Montalegre, o próximo Quadro Comunitário de Apoio e listas sobre projetos que possam ser elegíveis.

Sobre a Fundação Nadir Afonso parece-nos estranho que a Câmara Municipal tenha avançado para um investimento desta dimensão, sem antes ter acautelado as responsabilidades dos parceiros. Era importante que se conhecesse qual é a responsabilidade do parceiro Fundação, a do Município e, para além da questão da definição de cada uma dessas responsabilidades qual é o impacto financeiro anual para cada. O modelo de gestão será como? Igual ao de Boticas? À coleção Berardo? Haverá algum paralelismo no país em que uma Fundação desta natureza tenha sido equacionada?

Sobre a informação financeira continua a preocupar-me o diferencial significativo entre a receita corrente liquidada e a receita corrente comprometida. É de mais de dez milhões de euros. Esse diferencial negativo também é visível no que diz respeito à receita recebida, ou seja: a receita corrente arrecadada e a paga, apresentam também um diferencial muito grande que nos preocupa. Presumo que com o Empréstimo de Saneamento Financeiro esta questão fique resolvida.

No mapa das empreitadas aparece a obra de “arranjos exteriores do edifício Santos Silva” nos Aregos, que terá sido consignada em 2000. Não consegui perceber esta informação. Também aparecem índices de execução de obras, nomeadamente o Lanço III da rodovia de acesso entre a A24 e o Hospital, com uma taxa de execução de 2% que nos preocupa. Gostaria de saber se por causa da execução desta via houve necessidade de fazer alguma empreitada nova e se a Câmara assumiu algum encargo recente.



O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões que foram colocadas pelos Senhores deputados.

A reunião com o Senhor Secretário de Estado da Saúde foi pedida porque estamos preocupados com o andamento da saúde no Hospital de Chaves, sendo certo que a Câmara Municipal, para além deste lóbi de influência, não tem poder absolutamente nenhum; se pedimos reuniões e nos deslocamos a Lisboa é porque estamos preocupados e queremos que as coisas se revertam. Todos sabemos e deduzo que ninguém nesta sala está satisfeito com o rumo que o Hospital está a levar, razão porque já reuni com o Senhor Ministro, com os Senhores Secretários de Estado e com o Presidente da ARSN mais do que uma vez.

O Senhor Ministro não defende a Unidade Local de Saúde. Na reunião com os Secretários de Estado, onde esteve também o Presidente da ARSN foi proposto que, em alternativa, fosse diferenciado o Hospital de Chaves com uma determinada especialidade, como já referi na última sessão deste Órgão. Prometeram-me que seria investido um milhão de euros diretamente do Ministério da Saúde e não da ARS para requalificar um dos blocos operatórios para cirurgias da especialidade escolhida, referindo a área da ortopedia. Isto foi o que ficou estabelecido. Entretanto numa reunião havida com o Senhor Presidente do Conselho de Administração, este prometeu-me que iria fazer o reforço do pessoal médico e outro que fosse possível. O que ele disse e eu até admito que tenha boa vontade, é que não tem poder para abrir vagas porque isso é da responsabilidade do Ministério e também da Senhora Ministra das Finanças. Ele reconhece que há problemas de limpeza, que há falta de enfermeiros e de médicos e que é necessário renovar a equipa dos médicos em função da idade. Na última reunião disse-me: já que conseguiu obter um milhão de euros para Chaves ajude-me a desbloquear concursos para a admissão de médicos e outro pessoal. Eu respondi-lhe de imediato para marcarmos uma reunião no Ministério. Então prometeu-me que a muito curto prazo seriam abertos concursos que já estão meio desbloqueados para reforçar a pediatria, a cirurgia e a medicina interna. Foi prometido que será renovada totalmente uma das unidades da radiologia, com equipamento ultramoderno, melhor ainda do que o que existe no Hospital de Vila Real. Aguardamos que tudo isso se concretize.

Sobre a continuidade da Escola de Enfermagem eu não sei se isso será possível. O grande problema de Chaves e do país é a quebra brutal da natalidade. O ano em curso está assegurado, mas de um ano para o outro pode não estar porque não há alunos. Já tem as propinas mais baixas do país, mas não se pode baixar mais uma vez que tem de gerar receitas para funcionamento da escola e para pagar aos professores. A Câmara Municipal, por lei, não pode dar subsídios à Escola de Enfermagem. É só verificar quantos cursos ficaram sem candidaturas. E enquanto o ensino público tiver oferta, o privado não preenche por razões económicas.

A abertura da Fundação Nadir Afonso está dependente da entrega da obra, por parte do empreiteiro; numa primeira fase disse que entregaria a obra no final de setembro, entretanto passou para o final de outubro. Esperamos para ver, apesar de com este empreiteiro não termos qualquer razão de queixa, quer no que toca ao andamento da obra, qualidade de materiais, quer nas alterações que o arquiteto Sisa Vieira introduz.



Se for entregue no final de outubro, tudo faremos para abrir ao público dia 4 de dezembro, que é a data de aniversário do Mestre.

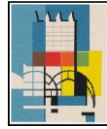
Sobre o modelo de gestão não havia qualquer acordo escrito com a Fundação Nadir Afonso. Havia um memorandum de entendimento com o Mestre Nadir Afonso. Reuni com a Direção da Fundação e foi colocada a situação que sempre imaginei que viesse a acontecer; a Câmara celebraria com a Fundação um acordo de comodato e a Direção geria a Fundação como entendesse, com o devido acompanhamento por parte da Autarquia. A Direção da Fundação não aceita esse modelo. Dessa forma não há mais alternativas e a Autarquia vai assumir a responsabilidade da gestão do Museu Nadir Afonso. A Fundação fará um contrato de comodato com o Museu, que é gerido pela Câmara Municipal. Haverá certamente, um acompanhamento consultivo das exposições que forem feitas. Sei que isso representa mais um custo para a Câmara Municipal mas, em minha opinião, não há outro caminho senão esse. A Câmara irá gerir o Museu com recursos próprios e recorrendo ao seu pessoal. Para a Direção Artística do Museu a Autarquia estabelecerá acordos com entidades com experiência na área, nomeadamente a Fundação de Serralves, Fundação Gulbenkian ou outra. Essa situação ainda não está consolidada.

O Senhor deputado Manuel Cunha voltou a referir a questão da água. Eu peço ao Senhor Presidente da Assembleia que mande fotocopiar a deliberação tomada em 2001 e a declaração de voto dos membros do PSD. Eu não tenho que responder sobre se a Câmara de Vila Real pensou de uma maneira e votou de outra ou se as Câmaras onde o PSD era governo votaram a favor. O PSD local tem de responder sobre as decisões que toma na Câmara Municipal. Não tenho porque estar aqui a defender o Governo A, B, ou C e não tenho que falar no que cada Câmara faz. Sei apenas que na lista das Câmaras que se candidataram ao Programa de Recuperação Financeira encontro Câmaras do PSD, da CDU e do PS.

Não estou a louvar o que o Governo faz até porque discordo com o que tem vindo a fazer na área da saúde, com o que fez na questão do mapa judiciário e em relação a outras situações. Não há políticas deste governo, nem dos anteriores para a coesão territorial. A única coesão territorial que houve foi na construção de autoestradas, nalguns casos em excesso e noutros nem tanto como é o caso de Bragança que, como foi dito por um Senhor Primeiro-Ministro, também tem direito a ter uma autoestrada. Mas não precisavam de transformar o IP4 em autoestrada. Se a A7 que termina em Vila Pouca de Aguiar seguisse uns quilómetros à frente até encontrar o IP4 e seguisse até Bragança, poupavam-se muitos milhões de euros e a cidade de Bragança ficava bem servida em autoestrada. Em excesso: temos duas autoestradas paralelas numa distância de 20 km, a convergir na cidade do Porto para servir uma população inferior a 500 mil habitantes idosa, de zona rural, que até nem é grande consumidora de autoestrada. Só num país realmente muito rico é que planeia desta forma, mas é o que temos.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro pede que a Informação Ihe seja enviada com maior antecedência. Desta vez foi entregue mais tarde por dificuldades de tempo.

Sobre as obras do Museu das Termas Romanas o que esteve em causa foi a alteração ao projeto que teve de ser feita por imposição do IGESPAR porque não permitiu que fossem colocados pilares no meio. Essa alteração ao projeto implicou



uma alteração da solução estrutural. As máquinas estiveram a colocar estacas de betão que vão ser encabeçadas por vigas e depois por vigas pré fabricadas.

O IGESPAR aprova os projetos sempre com condicionantes e quando aparece qualquer coisa nova obriga a parar as obras, situação que trás implicações financeiras; é que as suas decisões não se fazem acompanhar do pacote financeiro resultante quer dos atrasos quer das alterações que obriga a fazer.

Esperamos que até ao final do ano a praça fique fechada.

Sobre o MARC não há nada de novo. A Assembleia geral decidiu extinguir a sociedade e internalizar os ativos e os passivos na Câmara Municipal. O dossier devidamente organizado virá oportunamente a este Órgão. Os dois funcionários que ali trabalham serão absorvidos pelos atuais acionistas.

Na reunião com o Senhor Ministro Poiares Maduro falou-se sobre a possibilidade da construção da estrada Chaves/Montalegre mas o novo Quadro Comunitário de Apoio já aprovado em Bruxelas, não contempla dinheiro para infraestruturas e por essa razão não haverá estrada financiada de Chaves para Montalegre nem outra qualquer. Ao contrário dos pedidos insistentes por parte das Câmaras Municipais e até de uma recomendação do último Conselho Regional realizado em Ponte da Barca, a CCDRN não tem aberto avisos para rede viária, infelizmente. O lanço III da rodovia de acesso prioritário não tem financiamento e o ideal era que pudessemos apresentar uma candidatura e nos fossem aprovados os 85% de financiamento.

O diferencial entre a receita e a despesa da Informação Financeira é na verdade um valor significativo mas os Senhores membros da AM sabem, porque foi dito aquando da aprovação do Orçamento para 2014, que o referido Orçamento foi feito nos mesmos moldes dos anteriores e ainda tem emplamento de receita, nomeadamente de património que se coloca à venda e não se vende. Por esse facto a execução da receita é sempre inferior; em 2015 já não será assim e o Orçamento será elaborado de uma forma completamente diferente.

Na via prioritária surgiu efetivamente uma nova empreitada. Na última reunião de Câmara foi aprovado um projeto para construção de uma rua a passar junto do estádio do Flaviense a desembocar na Avenida Marechal Costa Gomes, para facilitar o acesso ao Centro de Saúde, ao Quartel da GNR e aos moradores daquela zona habitacional. É uma obra que vai ficar à volta de 27 mil euros. Há ainda uma pequena expropriação a fazer mas supomos que não terá um valor muito significativo.

PONTO 2 – PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES. TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO E EXPLORAÇÃO PARA A EMPRESA LOCAL “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M, S.A.”. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA. APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA. PROPOSTA N.º 89/GAP/2014, para discussão e votação.

O Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da proposta dizendo que a Empresa Municipal faz a gestão do estacionamento à superfície e não faria sentido que o novo Parque fosse gerido diretamente pela Câmara Municipal.

Intervieram os Senhores deputados:

LUÍS DIAS DE CARVALHO do PSD – cumprimentou os presentes e disse que o Parque de Estacionamento do Centro Histórico é uma infraestrutura que veio



valorizar a cidade de Chaves pelas seguintes razões: a obra foi precedida de escavações arqueológicas que pôs a descoberto vestígios da piscina termal do período do município romano na Áquae Flávia, contribuindo assim para a valorização histórica do nosso Concelho. Pôs fim a ruínas e a uma lixeira infestada de ratas e outros animais bem assim como a um possível foco de incêndio, dado que o local se situa numa zona de edifícios com sinais de alguma degradação. Este Parque valoriza essencialmente o comércio tradicional porque permite o estacionamento no Centro Histórico, em complemento com outros parques existentes da cidade e o Parque da ponte de S. Roque que está em fase de conclusão. Por outro lado também aproxima os cidadãos do centro administrativo e ainda serve os moradores do Centro Histórico.

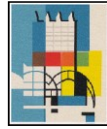
A exploração deste Parque de estacionamento será feita pela Empresa Municipal, de forma racional, permitindo rentabilizá-lo e contribuir para a melhoria do bem-estar dos chaveses, razão pela qual eu entendo que devemos votar favoravelmente esta Proposta de transferência da gestão do Parque para a Empresa Municipal. Bem-haja Senhor Presidente por continuar na senda do progresso.

MARIA ZÉLIA VALOURA do CDS/PP cumprimentou os presentes e disse que a cidade de Chaves tem falta de estacionamento, nomeadamente no centro da cidade. “Este novo Parque vem proporcionar aos seus munícipes e restante utilizadores algumas dezenas de lugares, apesar da população lamentar que o parque de terra batida da zona das Longras, com menos conforto, mas grátis, tenha sido encerrado. Sendo este um Parque de construção recente já se verificam humidades nas paredes do piso inferior e como o inverno está perto poderá aparecer ali muita água. A entrada do Parque em “s” é também objeto de reparo por parte de algumas pessoas, que no seu entender não facilita a entrada das viaturas. Entende-se que foi colocado para provocar a diminuição da velocidade na entrada, mas dificulta a condução. A saída é afetada pelos dejetos de inúmeras aves que pousam nos telhados, nomeadamente pombos, que sujaram completamente o piso, podendo ser até um caso de saúde pública. A solução poderia passar por criar ninhos em zonas estratégicas para desviar os pássaros dessa zona, podendo pedir-se apoio a uma Associação ambientalista para ajudar a resolver o problema.

Na alínea b) do ponto 2 da Cláusula 2ª consta a seguinte redação: “ Com vista a uma gestão orçamental eficaz e eficiente, a Empresa deverá desenvolver a promoção, gestão e exploração do Parque de estacionamento de forma a garantir que os resultados líquidos antes de impostos, sejam positivos”. Pergunto, se não houver clientes ou se a afluência for reduzida como se obtêm resultados líquidos positivos; quem pagará as despesas fixas tais como vencimentos dos funcionários, limpeza e outros. A alínea g) diz que é necessário prestar serviços de qualidade e é necessário especificar o que são serviços de qualidade, dado que é um conceito muito vago.

Gostaria de saber qual a taxa a cobrar por hora, ou por dia”.

ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que da análise da presente proposta, desde logo fica instalada a suspeição que existe o fundado receio de se ter criado mais um «elefante branco» para o município. “Com efeito a proposta refere textualmente: a atividade de exploração dos parques de estacionamento de superfície geridos e explorados pela GEMC apresenta



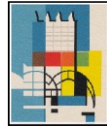
normalmente resultados anuais positivos, pelo que os excedentes que resultem de tais atividades, deverão ser alocados, caso seja necessário, para a sustentação económica do Parque de Estacionamento do Centro Histórico de Chaves, por forma a manter resultados equilibrados em tal atividade setorial, caso se venham a observar resultados financeiros com impactos negativos nas contas da GEMC e divergentes dos estimados nos estudos de viabilidade económica realizados para a construção e exploração do parque.

Assim, tal argumentação nesta proposta leva-nos a duas certezas:— Que se equaciona a possibilidade da exploração do novo Parque de estacionamento vir a produzir resultados financeiros negativos. - Que existe um estudo de viabilidade financeira de gestão do novo equipamento municipal que desconhecemos e que em nossa opinião deveria ter acompanhado a presente proposta. Por outro lado, logo no início da proposta, a título de explicação para a construção deste novo parque de estacionamento, a mesma refere textualmente: que o mesmo visa colmatar a carência de estacionamento no Centro Histórico. Não resisto a fazer a seguinte referência: «um povo sem memória, um povo sem história». Por isso tomo a liberdade de invocar a vossa memória para melhor vos poder situar nesta história.

Quando o Partido Socialista perdeu as eleições autárquicas de 2001 havia um projeto avançado, já em fase de execução, para a construção de um parque de estacionamento no então Jardim das Freiras. Esse parque de estacionamento subterrâneo seria construído e explorado por uma empresa privada, logo, a custo zero para o município. Quando o então elenco autárquico do Partido Social Democrata, tendo por Vice-Presidente o atual Presidente da Câmara, tomou posse, uma das primeiras medidas que implementou, de forma autista e pouco fundamentada foi denunciar o contrato com a empresa privada e inviabilizar a construção desse equipamento. Acresce que tal atitude retirou a possibilidade aos flavienses de poderem ter usufruído desse equipamento, durante cerca de treze anos e criou um imbróglio jurídico que se mantêm e que no futuro poderá vir a produzir efeitos ainda mais nefastos para a sua já precária saúde financeira. A carência de estacionamento no Centro Histórico, agora evocada, é só culpa do elenco autárquico, que desgoverna este concelho há quase década e meia. É só culpa vossa, da vossa cegueira e da vossa inexperiência inicial.

Ao inviabilizar o parque de estacionamento das Freiras sem apresentarem nunca, até à data, qualquer tipo de alternativa é da vossa convicção ideológica de que os projetos socialistas são todos maus e que devem ser, desde logo desbaratados e deitados ao lixo. Acredito que agora reconheçam que a vossa cegueira e a vossa inexperiência inicial, neste caso em particular, vos saiu muito caro. Em boa verdade saiu caro a todos nós flavienses. Os vossos erros neste caso, e em todos os «elefantes brancos» até à data por vós criados, levaram as finanças do município à situação calamitosa que se encontra. A realidade em relação ao agravamento da fiscalidade para todos os munícipes flavienses que consta nos pontos seguintes desta ordem de trabalhos são prova cabal e bastante da vossa passada e brilhante gestão autárquica.

Assim, face ao evocado e é uma declaração também política, não nos resta outra alternativa postural, senão votar contra a presente proposta.”



FRANCISCO JOSÉ T. LOPES S. PRETO do MAI – depois de cumprimentar os presentes disse que o que está em causa neste ponto é votar uma proposta de transferência da gestão deste parque para uma empresa municipal.

“Achamos que neste momento é cedo para analisar a conveniência ou não do parque; não sabemos se é um «elefante branco» ou não porque ainda está no início e pelo que sabemos ainda não foram cobradas receitas.

Sobre a transferência entendemos que a Câmara deve gerir o seu património. Vamos analisar o processo com calma e apurar como é que as empresas municipais se desenvolvem, porque existem, para que existem, quanto custam. Conhecemos um parque algo menor que fica próximo do parque em discussão, que é gerido por uma única pessoa sem formação específica nesta matéria; hoje são as máquinas que fazem tudo e não vemos nenhuma necessidade desta transferência para uma empresa municipal e, porventura, não vemos necessidade desta ou de outras empresas municipais. A nossa posição é de que deve ser a Autarquia a gerir o parque e não transferir o seu património para empresas municipais.

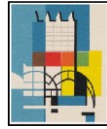
O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às intervenções havidas.

Peço à Senhora deputada Zélia Valoura que faça um exercício quanto à falta de estacionamento na cidade de Chaves e compare com cidades de igual dimensão, nomeadamente Vila Real e Bragança. Se aí encontrar mais lugares de estacionamento, incluindo estacionamento gratuito, dar-lhe-ei razão. Neste momento a cidade de Chaves tem cerca de dois mil lugares de estacionamento. Está em construção mais um grande parque de estacionamento que não é mais do que concluir o projeto iniciado aquando da construção da Ponte de S. Roque. Continuar a dizer que há falta de estacionamento na cidade é ter a ideia contrária a todos os movimentos de preservação dos centros históricos, e ainda continuar com a ideia de quem tem carro tem de poder estacionar em frente a qualquer loja comercial.

O Parque do Centro Histórico é aberto e é natural que tenha humidades nas paredes; não tem janelas, ventila, mas dada a sua inclinação é natural que a água possa correr pelas paredes, o betão absorve e surge naturalmente, a humidade. Essa humidade não coloca problemas de insalubridade dado que não estamos a falar de um espaço habitacional onde as pessoas vivem e têm de conviver com a humidade.

Este parque de estacionamento não vai dar lucro, vai dar prejuízo; foi construído com base num estudo económico que mostrava que iria dar prejuízo. A Senhora deputada está a questionar: então constroem-se infraestruturas para dar prejuízo? Constroem. Escolas, hospitais, as Termas de Chaves e outras. O senhor deputado António de Almeida está a acenar com a cabeça a dizer que não. Vamos olhar para as Termas de Chaves sob o ponto de vista empresarial, em que a Autarquia ou a Empresa tem de recolher receitas que cubram o investimento tendo em conta vencimentos, despesas de funcionamento e amortização do capital investido. Sempre deu prejuízo e continua a dar. O objetivo das termas é promover o crescimento socioeconómico da economia local, nomeadamente na área da hotelaria.

Com o parque de estacionamento em análise, vai acontecer o mesmo. O objetivo do parque é garantir estacionamento para quem vive no Centro Histórico da cidade que não o tem, mas se o preço for extraordinário ninguém vai lá estacionar. É um benefício social. Foi aqui apelidado de «elefante branco» por alguns senhores



deputados, o que é inadmissível; ao longo do tempo fomos instados pelos membros desta Assembleia para nos substituir aos privados e fazer intervenções nas edificações degradadas do centro Histórico. A Câmara não o faz porque não tem capacidade financeira, mas neste campo fizemo-lo; substituímo-nos aos privados para transformar aquele espaço, que durante muitos anos funcionou como lixeira, dando-lhe dignidade. Chamar «elefante branco» a um parque de estacionamento que vai servir a população, só porque vai dar prejuízo é no mínimo injusto. Eu digo que é uma excelente requalificação do Centro Histórico da cidade.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 58 votos a favor, 0 abstenções e 19 (10 do PS, 6 do MAI, 2 da CDU e 1 do CDS/PP) votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O **Partido Socialista** na pessoa do senhor deputado **Nuno Vaz Ribeiro** apresentou a seguinte declaração de voto:” o sentido de voto expresso por alguns membros do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal, é feito com base nos seguintes considerandos: Entendemos que este parque de estacionamento vai dar resposta a algumas necessidades de estacionamento que foram sentidas aquando da aprovação desta candidatura, sobretudo da população que reside no Centro Histórico e, por isso, a sua construção e a sua entrada em funcionamento é necessária e vai contribuir para uma melhor mobilidade e melhor acessibilidade à população. A nossa posição vai contra a cedência deste parque à Empresa Municipal. Somos contra a circunstância de externalizar funções. Se os custos de exploração são deficitários, se a receita não será suficiente para suportar a despesa, é mais uma razão para não ser colocada na Empresa Municipal. A ideia e o fundamento das Empresas Municipais é que só faz sentido haver atividades em empresas municipais se forem sustentáveis, financeira e economicamente. Não se criam empresas municipais para atividades que não sejam sustentáveis.

A nossa posição é no sentido de que este parque fosse gerido pela Câmara Municipal porque está construído, o equipamento está colocado, o software está comprado e a única coisa que precisa para funcionar, dado que não tem nenhuma complexidade técnica é, basicamente, vigilância. Era possível que essa vigilância fosse assegurada por recursos da Autarquia. Não faz sentido transferir para a Empresa Municipal uma atividade que vai dar prejuízo. No próximo ano esta Assembleia vai ser chamada a aprovar uma transferência para esta Empresa.

A nossa posição é contra, não pelo parque, porque é absolutamente necessário, mas entendemos que deve ser gerido pela Câmara Municipal, como outras atividades”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** pediu a palavra para dizer à senhora deputada Zélia Valoura o que entende por qualidade, pergunta que esta lhe fez na sua intervenção e a que por lapso não respondeu.

Qualidade é ter vigilância, segurança, limpeza entre outras.

No meu entender a declaração de voto do Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro foi mais uma intervenção mas devo informar que a razão por que o parque passa para a Empresa Municipal é somente porque é esta Empresa que está a gerir o estacionamento à superfície e esse é gerador de mais-valia que, em meu entender deve utilizada na menos-valia de receita do parque.



PONTO 3 – FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2014 E A COBRAR EM 2015. PROPOSTA 86/GAP/2014, para discussão e votação.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que esta Proposta de imposto de derrama é rigorosamente de valor igual ao que tem sido aplicado em anos anteriores. Tem por objetivo diferenciar positivamente as Empresas com domicílio fiscal em Chaves e atribuir este imposto àquelas Empresas que têm o domicílio fiscal noutros concelhos e que têm lucros. Se nós não o fizermos outros municípios o farão. Chaves não tem nada a ganhar em não aplicar este imposto na medida em que não está a penalizar as empresas, antes pelo contrário. Dá aqui uma indicação e um estímulo de que, se investirem em Chaves e tiverem aqui a sua sede social, não lhes será cobrado este imposto, mantendo-se a coerência desta política ao longo dos anos.

Os Bancos, as Companhias de Seguros e outras empresas que operam em Chaves não pagam aqui o imposto de derrama mas vão pagá-lo noutras localidades do País. Porque também recolhem aqui lucros devem pagar esse imposto que será canalizado para fins sociais.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

FRANCISCO JOSÉ T. LOPES S. PRETO do MAI – disse que a posição do MAI se mantém relativamente à discussão havida no ano anterior, uma vez que as alterações que nessa altura propuseram não foram satisfeitas.

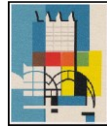
O imposto de derrama, como todos os impostos, tem um efeito sempre nefasto. Temos conhecimento de muitos municípios do país que não lançam derrama e onde o IRS é baixo. Isso é um estímulo para que as empresas se estabeleçam no nosso concelho. Não estamos a pensar nos Bancos mas em empresas como o Continente, o LIDL, o E. Leclercq que criam imensos postos de trabalho; provavelmente o imposto que a Autarquia vai cobrar é ínfimo e seria muito melhor não o cobrar. Era importante que tivesse sido feito um estudo como nós pretendíamos. Seria necessário saber quais as vantagens e inconvenientes deste imposto e se a sua aplicação está a prejudicar o concelho. Estas grandes empresas procurarão recuperar o 1,5% que lhes é retirado, aumentando os preços dos produtos e, provavelmente, fazendo alguns despedimentos. O estudo seria importante para nos dizer que este imposto é uma mais-valia para o Concelho.

Pelas razões apontadas vamos votar contra.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – disse que no imediato esta é uma boa medida. Que a Câmara precisa de recursos e vai busca-los a quem mais tem.

Esta medida pode funcionar como uma razão para que as empresas estabeleçam a sua sede em Chaves e, a partir daí, já não sofrem os efeitos da derrama. Mas também é verdade que isso pode desestimular o investimento de grandes empresas em Chaves. Ou seja: não há decisões perfeitas. E face à enorme necessidade de dinheiro que esta Câmara tem que todos nós conhecemos o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta Proposta.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que o sentido de voto do PS já foi expresso. Foi feita uma opção com a qual o PS concorda. Entendemos que a derrama é um



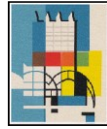
instrumento fiscal que também deve ser usado ao nível das políticas públicas municipais.

Gostaríamos de perceber o montante da receita que o município de Chaves arrecadou neste ano de 2014, com este imposto e quais são os sujeitos passivos que suportam este pagamento. Sei que é difícil e que é uma informação que tem de ser solicitada à autoridade tributária mas acho que se deve insistir para saber qual é a receita.

Percebemos que a afetação da receita proveniente deste imposto é para a concretização de políticas sociais e económicas, mas gostaríamos que fosse dito concretamente quais os projetos, iniciativas ou atividades vão, efetivamente, ser financiadas com esta receita. Faria algum sentido que esta derrama fosse alocado a um projeto de natureza económica e outro de natureza social. Esta é a nossa sugestão mas não condiciona o nosso sentido de voto porque vai ser favorável.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PS – cumprimentou os presentes e ainda relativamente ao ponto anterior felicitou o Executivo municipal pela construção do Parque de estacionamento no Centro Histórico. Citou George Marshall que disse: «os pequenos atos que se executam são melhores que todos aqueles grandes que se planejam». Isto para dizer que o Partido Socialista em 2001 deixou no Largo das Freiras um buraco. O PSD em 2014 deixa-nos no Centro Histórico um Parque de Estacionamento com 132 lugares. Os flavienses poderão julgar bem esta diferença.

“Relativamente ao ponto em discussão refiro que o Executivo camarário decidiu, por unanimidade, na reunião ordinária do dia 12 de setembro fixar o imposto municipal de derrama referente a 2014, a cobrar em 2015, mantendo a sua política de aplicação da derrama sobre o IRC. São taxadas a 1,5% as entidades que não tem a sede no município de Chaves e são isentas do pagamento deste imposto todas as entidades com domicílio fiscal no Concelho de Chaves, independentemente do seu lucro. Com esta medida a Autarquia visa alcançar obter três objetivos: 1º - que as empresas possam instalar aqui a sua sede e beneficiar da isenção do imposto. A localização geográfica do nosso concelho, de acentuada interioridade, cuja fixação do tecido empresarial deverá ser promovida também através de medidas de abrandamento da carga fiscal, designadamente as isenções totais ou parciais de impostos, ou tributos próprios do município, de forma a dinamizar as respetivas áreas de negócio empresariais, bem como a geração de emprego e a inversão do ciclo económico. 2º - arrecadar mais receita para a promoção de investimentos necessários à satisfação das necessidades coletivas da população, no cumprimento das atribuições e competências municipais. Foi estimado o montante previsional de cerca de 51.506,94 euros, a contemplar no orçamento da receita para o exercício económico de 2015, uma vez que a receita de 2014 ainda não está apurada. 3º - a receita alcançada destinar-se-á a políticas de desenvolvimento e de apoio social. A Câmara Municipal, no quadro da sua política de atração de novos investimentos não deverá deixar de saber usar estas isenções à derrama como um fator de competitividade, face a outros concelhos. O objetivo será continuar a conjugar o rigor orçamental com o desenvolvimento da nossa economia. Isso é possível e por essa razão o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente esta Proposta.



O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões colocadas dizendo que fica isenta do pagamento do pagamento de derrama, qualquer empresa sediada em Chaves, independentemente do volume de negócios. A receita espetável ronda os cinquenta mil euros. Este valor é irrisório e, por exemplo o hipermercado E.leclerq nem pagará imposto porque tem o domicílio fiscal em Chaves - Chavisidis. O valor a arrecadar será proveniente dos Bancos, das Companhias de Seguros, da Telecom, do Continente, do Pingo Doce, e poucos mais, que certamente não vão aumentar os preços, nem despedir pessoal.

Como sabem a maior parte das receitas do Município de Chaves vem do orçamento de estado. A Câmara Municipal de Lisboa aplica a derrama a todas as empresas; as que têm sede e as que não têm. Não isenta ninguém. Todos pagam

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 70 votos a favor, 7 votos contra (6 do MAI e 1 do CDSPP) e zero abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

A **Senhora deputada do CDS/PP, Zélia Valoura**, apresentou a seguinte declaração de voto: “A derrama sobre o rendimento das empresas é mais um ónus sobre o lucro das empresas; entendemos que num momento como o atual em que as empresas já se encontram bastante oneradas a aplicação desta derrama não se constitui como um incentivo nem como atrativo à instalação de empresas no Concelho de Chaves, perdendo Chaves vantagem comparativa em relação a concelhos próximos em que a derrama é de zero por cento, apresentando-se esta isenção como um fator competitivo na atração de empresas para esses concelhos em detrimento de Chaves. Por considerar que este imposto não atrai investimento empresarial no concelho o voto é contra”.

PONTO 4 – DEFINIÇÃO DAS TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A COBRAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2015. PROPOSTA 87/GAP/2014.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que esta discussão, de alguma forma, já foi feita na sessão da Assembleia Municipal anterior quando foi discutido o Plano de Saneamento Financeiro.

Como devem recordar, no Plano de Saneamento Financeiro já estava prevista esta ligeira subida da taxa do IMI. Lamentamos que assim tenha de ser mas não há outra solução. Mesmo assim ainda ficamos aquém da esmagadora maioria dos municípios de dimensão semelhante a Chaves. Há municípios que têm a taxa máxima e Chaves fica abaixo da taxa intermédia.

Podemos verificar quantos municípios com dimensão semelhante a Chaves vão aplicar uma taxa inferior a 0.35%. Gostaríamos de poder aplicar o mínimo mas não é possível porque não seria aprovado o Plano de Saneamento Financeiro que, mesmo assim, como já foi oportunamente explicado, não nos obriga a aplicar as taxas máximas. Os municípios que obrigatoriamente vão recorrer ao FAM e os que obrigatoriamente façam Saneamento Financeiro vão ter de aplicar as taxas máximas em todos os impostos.

Em Chaves o que vai acontecer é: quem tenha um imóvel com valor patrimonial de 25 mil euros, pagou em 2014, 75,00€/ano e passará, com este aumento, a pagar



87,50€/ano. (12,50€ de aumento, 3 cêntimos/dia, 1,00€/mês); quem tenha um imóvel avaliado em 150 mil euros, pagou em 2014, 450,00€/ano e passará, com este aumento, a pagar 525,00€/ano. (75,00€ de aumento, 21 cêntimos/dia, 6,25€/mês); quem tenha um imóvel avaliado em 300 mil euros, pagou em 2014, 900,00€/ano e passará, com este aumento, a pagar 1.050,00€/ano. Só paga IMI quem tiver património e isto não é sinónimo de ser rico ou ser pobre. Haverá certamente pessoas que têm património e vivem com dificuldades.

Estabelecemos um Plano com esta previsão de taxa e não poderíamos trazer aqui uma proposta de valor inferior. Os Órgãos de Tutela não a aceitariam.

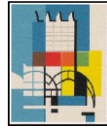
Usaram da palavra os Senhores deputados:

FRANCISCO JOSÉ T. LOPES S. PRETO do MAI – disse que efetivamente o aumento do IMI resulta do Plano de Saneamento Financeiro.

“Plano de Saneamento esse contra o qual nós votámos e nessa altura tivemos o cuidado de dizer que esta implicação do aumento de IMI era uma das razões que nos levava a votar contra. Se pensarmos no IMI com as contas que o Senhor Presidente da Câmara fez, até parece que não é um grande encargo, mas a verdade que é mais uma retirada no bolso dos cidadãos e qualquer flaviense se sente mal com este aumento. Eu sinto-me mal e vou votar contra.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que as finanças dos flavienses se encontram exauridas. O limite do esforço fiscal há muito que foi ultrapassado e muitos são aqueles que não conseguem cumprir tempestivamente com as suas responsabilidades.

“Há muitas pessoas que têm enorme dificuldade em continuar a proporcionar à sua família alimento, abrigo e educação. O governo apologista da austeridade expansionista, tem cortado nos salários e aumentado os impostos, em especial nos que incidem sobre o trabalho (IRS) e sobre o consumo (IVA). Este é o momento em que os eleitos estão mais próximos dos eleitores, como é o caso dos eleitos locais e devem dar provas de que se preocupam com eles, que fazem tudo o que está ao seu alcance para lhes diminuir o esforço e o jugo de um governo impressor e insensível. Afinal as críticas ao poder central apenas servem para enganar os incautos e não para demonstrar verdadeira capacidade de por em prática políticas públicas deferentes, mais amigas das pessoas. O sentido de orientação das políticas públicas locais é também visível na opção que se faz ao nível da política fiscal municipal. Quando se esperava que a Câmara Municipal de Chaves fosse capaz de atenuar o esforço fiscal dos flavienses e diminuir os impostos municipais, prepara-se exatamente, para fazer o contrário. Decide aumentá-los, apesar de, em tempos de crise, a receita global proveniente de impostos municipais, ter aumentado nos últimos dois anos. Perante o absurdo e colossal aumento de impostos dos últimos anos, particularmente o IRS, que no ano de 2013 terá aumentado mais de 30%, o Senhor Presidente da Câmara de Chaves ao invés de ser sensível aos problemas dos flavienses, prepara-se para aumentar os impostos, taxas e preços municipais. Este devia ser o momento para o executivo municipal dar um sinal de que está atento às dificuldades sentidas pelos flavienses e também ele, fazendo uso dos mecanismos que tem ao seu dispor, faz esforços para aliviar a carga fiscal a que os munícipes estão sujeitos.



Devemos ter presente que o processo de avaliação geral dos imóveis teve como consequência um aumento do imposto a pagar pelos proprietários e nessa medida, o aumento da receita dos municípios. Deste processo resulta o aumento substancial dos valores patrimoniais tributários. Temos ainda de ter presente que a taxa mínima era 0.2%, passando em 2012, fruto da lei 64-B/2011, de 30 de Dezembro para 0.3%. Era suposto que fosse apenas para o período de exigência e intervenção da troika. A proposta apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, votada favoravelmente pelo PSD na Câmara Municipal, em aumentar a taxa de 0.3% para 0,35%, constitui mais uma agressão ao património dos flavienses e uma provocação à sua bondade fiscal. O aumento de 0.05% pode parecer de pequena importância, sem significado, mas a verdade é que isto poderá significar um aumento de arrecadação das receitas de cerca de um milhão de euros de IMI para 2015. Estão inscritos no Plano de Saneamento novecentos e setenta e três mil e quatrocentos euros como receita prevista a arrecadar em 2015.

Este aparente aumento da taxa de 0.05% traduz-se em termos concretos no aumento de cinquenta euros no caso de imóveis de valor patrimonial tributário de cem mil euros, mais 37.5% nos imóveis avaliados em setenta e cinco mil euros e mais vinte e cinco euros nos imóveis avaliados em vinte e cinco mil euros. Em termos percentuais o aumento da taxa de IMI no Concelho de Chaves no ano de 2015 vai ser 16.66%. Este aumento de imposto não é assim tão insignificante.

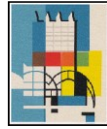
No ano de 2013 a receita do IMI cifrou-se em três milhões, cento e trinta e oito mil, quatrocentos e noventa e um euros e sessenta cêntimos, tendo aumentado relativamente ao ano anterior quatrocentos e trinta e três mil duzentos e quarenta e três euros e setenta e sete cêntimos. A Prestação de Contas de 2015 dir-nos-á os valores de 2014. A Câmara Municipal de Chaves foi incompetente na gestão, não foi criteriosa no investimento e são os flavienses que pagam”.

ANA MARIA RODRIGUES COELHO do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“O Imposto Municipal sobre Imóveis é um imposto que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos. Este é devido pelo proprietário, usufrutuário ou superficiário do prédio a 31 de dezembro do ano a que respeita. O valor patrimonial tributário é determinado por avaliação, tendo por base o tipo de prédio, sendo que presentemente, a quase totalidade dos prédios foi já objeto de reavaliação.

Há longos anos que o Município de Chaves tem mantido as taxas de IMI no mínimo permitido: 0,3 para prédios urbanos e 0,8 para prédios rústicos. Refira-se, que em 2013, o Município de Chaves arrecadou, aproximadamente, cerca de 3,1 milhões de euros por esta via.

Como é sabido, o município aprovou em Assembleia Extraordinária realizada no passado dia de 16 de julho, um Plano de Saneamento Financeiro, tendo em vista a adoção das medidas necessárias para atingir uma situação financeira equilibrada, aqui reclamada por todos, pela via da contratação de um empréstimo de medio e longo prazo, segundo o qual o Município fica vinculado a um conjunto de medidas específicas, nomeadamente o aumento da taxa de IMI em 2015.



Nestes termos, o município propõe a aplicação de uma taxa de 0,35% para os prédios urbanos em 2015, o que corresponde a um aumento de 0,05 pontos percentuais, e não 0,5% como por vezes é afirmado por conveniência matemática. Importa esclarecer que, apenas se o Município tivesse aderido ao FAM - Fundo de Apoio Municipal, o aumento de IMI se faria para a taxa máxima de 0,5%.

Pese embora este aumento, importa também realçar o esforço municipal na introdução de medidas discriminatórias relativas a este imposto (positivas e negativas), orientadas para a regeneração urbana e revitalização do centro histórico da cidade, nomeadamente:

- Redução em 15% da taxa de IMI em prédios urbanos localizados e/ou arrendados na ARU, que não estejam em ruína, degradados ou devolutos;
- Majoração de 20% da taxa de IMI em vigor a aplicar a prédios urbanos degradados;
- Triplicar anualmente a taxa de IMI prevista para prédios em ruínas ou devolutos há mais de um ano.

É um facto que o agravamento da carga fiscal não é do agrado de ninguém, nem dos cidadãos, e muito menos do município. Mas é também um facto, que o equilíbrio das contas municipais é um objetivo a ser perseguido e reconhecido por todos os membros desta Assembleia.

Assim, não podemos advogar a necessidade de rigor financeiro na gestão municipal, e simultaneamente criar oposição às medidas resultantes desse mesmo plano e tentativa de rigor financeiro, como esta que agora se apresenta, mesmo que isso resulte na adoção de medidas políticas impopulares.

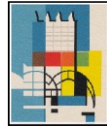
O sentido de responsabilidade deve falar mais alto.

Entende por isso o Grupo Municipal do PSD, votar favoravelmente a proposta apresentada pelo Município”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse ter alguma dificuldade em perceber coerência no discurso do Grupo Municipal do PSD e no discurso do Presidente da Câmara.

“O PSD pode dizer que a Câmara, foi obrigado a negociar um saneamento que continha uma imposição. Mas diminuir a importância do aumento não é correto. O IMI vem em duas parcelas, com centenas de euros que crescem aos encargos e às dificuldades que existem. Uma coisa é dizer que houve necessidade de negociar um acordo, outra coisa é desvalorizar essa situação.

Quando é aprovada legislação laboral sobre os contratos de trabalho ninguém dá conta de todos os direitos laborais que se perdem até que, no concreto, nos carregam nos calos e aí invocamos que a lei é assim. Quando a troika puxou a taxa mínima do IMI, sobre os prédios urbanos para 0.3%, a partir daí deixou de ser transitório e passou a definitivo. Devia ponderar-se e reconhecer que a receita do IMI vai aumentando exponencialmente, em todos os concelhos do país, porque se atualizou a avaliação dos prédios, acabaram os períodos de isenção na compra de casas e, portanto, a receita aumentará sempre; aumentou quatrocentos mil euros no ano de 2013 e previsivelmente em 2014 também irá aumentar, de forma significativa. É preciso reconhecer isso porque a transparência na política faz-se assim e depois as opções de voto são outra questão. Não podemos é tentar fazer o discurso duplo, senão não há transparência.



A má gestão noutros aspetos e eu recordo por exemplo o pagamento do tratamento dos resíduos sólidos urbanos, sem nenhum conflito, que levou a uma dívida acumulada, a juros de mora, etc. Como é que mais tarde nos cai em cima como um aumento inevitável do IMI. Nesse contexto, sabendo-se que, para quem já paga IMI, representa um acréscimo e na expectativa de que na realidade é verdade o que a Autarquia diz, que em municípios de dimensão do nosso, não há muitos que estejam na taxa mínima, a CDU vai abster-se nesta votação pedindo que conste como declaração de voto a intervenção que acabei de fazer”.

Foi considerada declaração de voto a intervenção do Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por 57 votos a favor, duas abstenções (da CDU) e 18 votos contra (11 do PS, 6 do MAI e 1 do CDS/PP). Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

A **Senhora deputada Zélia Valoura do CDS/PP** apresentou a seguinte declaração de voto:” Considerando que várias localidades do concelho têm “aglomerados populacionais, com núcleo tradicional “ a preservar de acordo com o PDM.

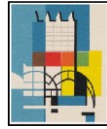
A discriminação positiva apontada para redução no IMI no Centro Histórico, além de aplicada nas freguesias de Santa Maria Maior e União das freguesias da Madalena e Samaiões, deveria ser extensível a todo o concelho que se enquadra nas tipologias referidas, como medida de incentivo à requalificação de edifícios alguns dos quais de grande valor histórico e também classificados, constituindo-se, isso como medida de incentivo à atração para morar nas aldeias do concelho e recuperar património edificado. Devendo haver sempre uma preocupação social e económica perante as dicotomias entre ruralidade e urbanidade que o concelho apresenta.

A realidade do concelho diz-nos que temos uma população idosa com poucos recursos que apesar de serem proprietários de imóveis vivem com muitas dificuldades. E o que se verifica é que o aumento deste imposto (IMI) não salvaguarda, entre outros os estratos mais desfavorecidos da população. Apesar de alguns serem proprietários de casas.

O aumento do IMI em Chaves, sobreposto ao aumento do valor dos imóveis através da sua reavaliação inflacionada, torna-o mais “volumoso” nos seus 0,35%. O aumento deste imposto, não contribui para a dinamização do mercado imobiliário, não contribui para o desenvolvimento do setor da construção civil e não promove a fixação de pessoas no concelho.

Também não se pode deixar de refletir sobre aqueles que já estando sujeitos a um esforço financeiro face a empréstimos a pagar ao banco, veem esse esforço acrescido com este Imposto Municipal. Tudo isto numa conjuntura de instabilidade e incerteza face ao emprego que condiciona a assunção de compromissos estabelecidos, principalmente perante aqueles que decorrem do crédito habitação.

Este imposto, não deve constituir mais um peso no orçamento das famílias por ser gravoso perante a já acumulada carga fiscal a que estão sujeitos os flavienses, e também por interferir com a sua qualidade de vida. Por isso não podemos aceitar o aumento deste imposto municipal sobre imóveis, porque o agravamento da carga



fiscal dos contribuintes não contempla, nos pressupostos deste imposto preocupações sociais”.

PONTO 5 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS/DEFINIÇÃO DA TAXA DE IRS A FIXAR PARA 2015. PROPOSTA Nº. 90/GAP/2014, para discussão e votação.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, fez a apresentação do Proposta e disse que estamos aqui perante uma situação que é novidade para a Assembleia Municipal.

Em anos anteriores e decorrente da legislação que existia, esta deliberação era tomada somente pelo Executivo. Na ausência de deliberação o imposto era absorvido pela Autarquia na sua totalidade. Entretanto a Lei alterou e obriga agora a Câmara a discutir com este Órgão o porquê de querer receber até aos 5%. Em termos de argumentação dirão que no tempo em que o Estado diminui a sua presença nos territórios, na justiça, na saúde, onde obriga os cidadãos a percorrer mais quilómetros, deveríamos fazer uma diferenciação positiva e abdicar de alguma receita de IRS a favor dos cidadãos. O Estado porque está menos presente era quem devia abdicar de uma percentagem da receita que arrecada. E devia fazer essa diferenciação ao longo do território, de uma forma positiva e o IRS devia ser pago da mesma forma como é pago o IMI. O PSD/Chaves já chegou a defender isso num Congresso nacional do Partido onde essa proposta foi aprovada, mas não teve consequências.

Da mesma forma que um imóvel rigorosamente igual, com o mesmo projeto de arquitetura e com o mesmo nível de acabamentos não paga o mesmo IMI se estiver localizado em S. Vicente da Raia, em Chaves, em Vila Real, no Porto ou em Lisboa. Isto porque para além da taxa que cada município fixa, que até poderia ser igual, tem o fator de localização que é diferente. Para que o Estado pudesse fazer justiça em relação aos cidadãos, o IRS devia ser pago de forma diferente, em função da presença do Estado. Um cidadão de S. Vicente da Raia para ter acesso às coisas mais elementares que o Estado presta tem de se deslocar à cidade de Chaves; a única coisa que o Estado lhe presta em S. Vicente é a segurança pública através da GNR. Já nem escola tem. Não será justo que um cidadão que reside nesta freguesia pague o mesmo IRS em condições naturalmente iguais, àquele que reside em Chaves, ou àquele que vive em Lisboa, que não precisa de sair de Lisboa para coisa nenhuma, na medida em que tudo que é serviço do Estado é ali prestado aos cidadãos. Não é a Câmara Municipal que deve abdicar desta receita. Quem devia abdicar de parte dessa receita era o Estado e fazer uma diferenciação pelo território em função da sua presença.

A Câmara quer continuar a receber esta receita como vem fazendo ao longo dos anos. No discurso de membros desta Assembleia, a Câmara deve fazer tudo para não receber receita, para não penalizar os cidadãos, mas deve continuar a prestar serviços sociais à população. Ter um défice na exploração da água de um milhão e quinhentos mil euros/ano, ter um défice de exploração nos resíduos à volta de um novecentos mil euros/ano, ter um défice nos transportes escolares de setecentos mil euros/ano, ter défice com as refeições escolares etc. etc.; continuamos a aplicar as taxas mínimas, no que respeita à arrecadação de receita, mantemos ou aumentamos



os benefícios, no que diz respeito à despesa. Há membros desta Assembleia que são professores, que sabem que quando falha um assistente operacional numa escola, o Agrupamento bate à porta da Câmara para lhe resolver a situação. Temos acordo com o Estado para cerca de vinte assistentes operacionais e estão a trabalhar nos Agrupamentos quarenta e dois; estamos a subsidiar a função Estado.

Todos conhecem as dificuldades que a Autarquia tem, conhecem o valor real da dívida, mesmo em função do litígio existente com as Águas de Trás-os-Montes, e pedem-nos para que não se arrecade mais receita, para manter o nível de presença no território e de prestação de serviços sociais. Dizem-nos: façam só boa gestão. Mas isso não é possível, quer em função das dificuldades, quer em função das novas regras que a lei estipula. Quem acompanha o que se passa noutras autarquias devem saber que a Câmara Municipal de Aveiro aprovou o Plano de fornecimento de refeições escolares; abriu concurso como fazem todas as autarquias do país, nomeadamente a de Chaves, sem ter fundo disponível. Levou a proposta à reunião de câmara, mesmo sabendo que estava em situação ilegal - não é possível contrair nova despesa se não houver fundo disponível. O Tribunal de Contas recusou o visto. A Câmara de Aveiro contra argumentou dizendo que está a prestar um serviço social e que a não prestação desse serviço irá privar as crianças que frequentam as escolas de terem refeições escolares. O Tribunal de Contas continuou a recusar o visto. É assim que estamos a viver hoje.

Se me dizem não aumente os impostos, devolva 5% do IRS aos cidadãos, diminua a receita e não cumpra a lei, mas mantenha a qualidade de prestação de serviços. Isso é absolutamente impossível. Cada um de vós faria exatamente o mesmo se estivesse neste lugar ou será que teria o mesmo discurso populista? Quando estamos na oposição diminuimos tudo. É tudo fácil, mas quando estamos no poder não agimos dessa forma.

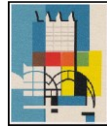
Fizeram intervenções neste ponto os seguintes deputados:

ANSELMO JOSE MARTINS do PS – disse que o Senhor Presidente da Câmara levantou uma questão interessante.

“Este assunto no passado era resolvido pelo executivo camarário. A partir deste ano é trazido à Assembleia Municipal. Antes grande parte da população não sabia que as câmaras tinham esta possibilidade de fazer com que o cidadão ficasse com mais algum no bolso. A partir de agora e dado que isto é discutido em Assembleia Municipal muitas mais pessoas vão ter conhecimento. As câmaras municipais têm um instrumento fiscal que podem usar em prol das populações. Ouvi a argumentação do Senhor Presidente, no seu papel, que eu respeito, mas cada um faz o seu papel e neste momento, indubitavelmente, o Senhor já viu aprovados dois instrumentos fiscais que lhe vão aumentar a receita - a derrama e o IMI.

O Senhor Presidente diz que a dívida e o serviço da dívida são enormes, mas quem o criou? Não foram os cidadãos flavienses. Foi a gestão desta Câmara. O Senhor Presidente responde diretamente a partir do momento em que assumiu este mandato, mas é corresponsável por todos os atos da gestão anterior.

Eu tenho uma teoria sobre esta discussão vir à Assembleia Municipal. Realmente os governos são entidades distantes do povo; as autarquias são entidades próximas do povo e melhor do que ninguém sabem o que se passa com os seus municípios.



Chaves tem uma população que vive essencialmente da atividade agrícola, ou de Serviços. A população flaviense que está nos Serviços tem estado a ser muito carregada com impostos. No meu entender a Câmara tem aqui um instrumento fiscal com o qual podia dar um sinal de que está preocupado com a qualidade de vida dos seus cidadãos; mas a qualidade de vida das pessoas começa com o dinheiro que tem disponível em casa e quanto mais dinheiro tiver melhor será a sua qualidade de vida. Face à argumentação que apresentei e face aos factos que já foram aqui discutidos, embora entenda a sua posição de querer suportar o serviço da dívida que tem, a bancada do PS vai votar contra esta Proposta”.

FRANCISCO JOSÉ T. LOPES S. PRETO do MAI – disse que tem algumas dúvidas sobre a forma como foi apresentado este ponto sobre a Câmara cobrar ou não IRS.

“O IRS tem aumentado ultimamente, sendo a maior fonte de receitas do estado e eu penso que a autarquia, desse aumento, já tem uma grande parte que o estado lhe dá; salvo erro 7,5% da receita de IRS cobrada. O que eu penso é que estes 5% que estão em causa, são mais um sobre imposto de IRS sobre os flavienses em que a Câmara, quem tem direito ao reembolso, vai-lhe buscar 5% desse reembolso que a pessoa recebe, sendo certo que essa pessoa já pagou o IRS e já pagou mais do que no ano anterior. A receita da Câmara vai aumentar porque o IRS aumentou muito e o que se esperaria é que a Autarquia abdicasse destes 5% porque as populações, sobretudo as rurais, como nós somos, já estão completamente “esganadas”. Esta é a leitura que eu faço desta questão e espero ser esclarecido”.

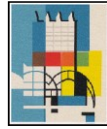
Pelas razões antes apontadas os membros do MAI vão votar contra.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que o princípio do estado social sempre se baseou no pagamento de impostos. Impostos sobre o património, impostos sobre as empresas, impostos sobre quem trabalha, sobretudo sobre quem trabalha.

“É a classe média que está a sustentar as finanças do estado mas supõe-se que haja uma redistribuição através da prestação de serviços. Inferiu-se do discurso do Senhor Presidente que paga menos IRS um professor que esteja em Chaves do que outro que está em Lisboa porque tem menos serviços. Isso é perigoso. Isso é o que o estado liberal quer ouvir. Temos de dizer o contrário. O Estado está obrigado a fornecer serviços de igual qualidade, de proximidade e não a afastá-los, mantendo os cidadãos o pagamento dos seus impostos iguais. Penso que o Senhor Presidente da Câmara não queria dizer o que disse mas é uma «alçapão» no qual a CDU não se revê.

É bom recordar os aspetos de má gestão, de investimento desadequado, alguns de opções ideológicas do PS e do PSD, que tem a ver com a alienação das funções da autarquia, nomeadamente nas águas, nos resíduos, cujas consequências nos estão agora a cair em cima. Na altura a nível nacional de uma forma uniforme só a CDU é que denunciou o processo. O PS comandou, o PSD no geral onde era poder aceitou e onde era oposição, vamos dar-lhe o benefício da dúvida de que o fez apenas, por convicção.

Não podemos candidatar-nos com uma bandeira e esquecer-nos que em Portugal, o essencial dos autarcas que ganham as eleições, também ganham pela bandeira que têm. Se somos candidatos de um partido não podemos querer lavar as mãos de



todos os aspetos. É bom recordar que tudo o que estamos a ver à volta dos impostos passa por via de um governo atual, do PSD.

Não consigo perceber como é que uma gestão tão correta meteu o barrete da Fundação Nadir Afonso conforme o fez. Vamos ver como é que nos cai em cima, ou não.

Entendo que é muito negativo o princípio de por a autarquia a decidir se fica com os 5% de IRS ou não. A redistribuição de impostos deve ser feita a nível nacional e refletir-se no financiamento das autarquias. Tudo o que o Senhor Presidente disse é verdade, das águas, dos lixos e ainda por cima tendo alienado, é impossível não ter uma gestão deficitária. Isso pressupõe que na redistribuição dos impostos e não é só o IRS, se colmatem os défices. É o caso da saúde; não vão querer que os hospitais também tenham lucro e cada doente pague as suas despesas. A redistribuição é que pressupõe o equilíbrio.

No início achei que tinha entendido sobre que 5% estávamos a falar mas depois da intervenção do Senhor deputado Francisco Preto, tenho dificuldade em entender e peço ao Senhor Presidente da Câmara para explicar a questão que, para mim, não é nítida.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que tem alguma dificuldade em entender os vários défices tarifários porque a Autarquia não tem contabilidade de custos. Acredito nos valores que são fornecidos.

“Eu entendo a questão dos fundos disponíveis, que é muito relevante, mas não pode ser dissociada da priorização do investimento e da despesa. Enquanto questões essenciais/básicas, como sejam a água, o tratamento e transporte do lixo, a iluminação pública, o apoio à educação - o social - não estiverem associadas, não pode haver despesa para festas. Se ainda assim houver défice então toda esta Assembleia concordará em votar o aumento dos impostos.

No que respeita à taxa do IRS os municípios podem contrariar a política de agravamento fiscal sistemático, praticado por este governo e muito em particular concretizada no ano de 2013, na qual houve, nas palavras do então Ministro das Finanças, Vítor Gaspar, um brutal aumento de IRS, concretizado por via da alteração das tabelas - os famosos escalões - e na redução das deduções e abatimentos à coleta, designadamente na saúde e na educação. Ainda não conhecemos o efeito que o IRS está a ter na receita do Município em 2014 dado que essa informação não está disponível. É espetável que o valor a arrecadar pela Câmara de Chaves tenha um aumento significativo. É nesse pressuposto que entendemos que a Autarquia deveria dar um sinal concreto, que está atenta e comprometida com a melhoria da situação económica dos flavienses e devolver-lhe, pelo menos, 1% da participação que o Município de Chaves detém no IRS dos sujeitos passivos, com domicílio fiscal em Chaves. Não propomos uma taxa maior porque sabemos que as contas da Câmara, por incompetência de gestão, estão no vermelho. Somos favoráveis a uma redução de 1% na participação de IRS, fixando-se para esta 4%, o que mesmo assim significaria um encaixe mínimo para o Município, na ordem dos oitocentos mil euros. Cerca de duzentos mil euros seriam reembolsados diretamente às famílias, aumentá-lhes o seu rendimento e a sua capacidade aquisitiva, o que seria uma boa notícia para a economia local. Mantendo-se a taxa de participação nos 5% e com o agravamento do IRS que sofremos em 2013 e continuamos a sofrer em 2014, com a redução das deduções e com o número de escalões é evidente que a receita dessa transferência irá subir substancialmente, pelo menos nos anos referidos.

Esta decisão introduziria mais competitividade territorial mas, sobretudo, corrigiria a injustiça fiscal protagonizada por este governo. Muito embora saibamos que a Câmara é suportada pelo mesmo partido do governo, o PSD, este momento poderia ser aproveitado pelo Presidente da Câmara para demonstrar que a sua ação política



é distinta e que está ao lado dos seus concidadãos. A diminuição da receita poderia ser compensada com uma gestão mais criteriosa e assertiva, cortando nos gastos supérfluos como que sejam juros de mora, trabalhos a mais e despesas com publicidade e propaganda. Se tivesse essa coragem teria legitimidade para exigir ao governo do seu partido que diminuísse os impostos que aumentou em especial o IRS e o IVA, mas também que repusesse as medidas de discriminação positivas existentes no interior, em especial ao nível do IRC e na eliminação das portagens da A24”.

ANA MARIA RODRIGUES COELHO do PSD – disse que de acordo com a Lei das Finanças Locais, os municípios têm o direito, anualmente, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município relativa aos rendimentos do ano anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS.

“Esta participação depende ainda de deliberação do executivo camarário sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município. Esta deve ser comunicada à administração tributária até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

Por imposição legal, têm agora os municípios, que manifestar anualmente, se pretendem arrecadar o valor máximo deste imposto, ou prescindir de parte dele a favor dos cidadãos residentes, motivo pelo qual esta proposta é presente para discussão nesta assembleia.

Tem sido política do Município de Chaves, arrecadar integralmente esta receita, à semelhança do que fizeram 236 dos 308 municípios do país em 2014, sendo que em 2013, o município arrecadou cerca de 1 milhão de euros nesta categoria.

Na mesma linha de pensamento manifestada no ponto anteriormente discutido, o sentido de responsabilidade deve falar mais alto.

Obviamente todos gostariam que a situação do país e do município, permitisse a devolução de parte do IRS pago, considerando a já considerável carga fiscal que recai sobre os contribuintes nos últimos anos.

Mas, pergunta-se: Seria esta uma política de redistribuição de rendimentos mais justa, do que aquela que permite a arrecadação do IRS?

Os entendidos em matéria fiscal consideram o IRS o imposto mais justo, pois este incide de forma desigual sobre o rendimento dos trabalhadores, sendo que quem mais ganha é quem mais paga.

Os rendimentos mais baixos beneficiam de taxas mais baixas, estando inclusive isentos de pagamento, rendimentos anuais inferiores a 7.000€, que correspondem a um ganho médio mensal inferior a 583€.

No concelho de Chaves, em 2012, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem era de 837,89€, e por ganho mensal entenda-se o montante médio ilíquido pago aos trabalhadores, com carácter regular, por tempo trabalhado no período normal e extraordinário, bem como o pagamento de férias, feriados e outras ausências pagas.

Significa isto que, prescindindo dos 5% do IRS a que tem direito, o município, para além de estar a prejudicar o equilíbrio das contas municipais, que todos aqui defendem, estaria essencialmente a favorecer, os contribuintes que não se incluem nestas categorias de rendimento mais baixas, pese embora não tenham rendimentos



milionários. Além do mais, a adoção desta medida, obrigaria o município a prescindir de receita, que, como já referido, para além de reforçar a capacidade do Município no seu reequilíbrio financeiro, poderia ser aplicada em políticas sociais de suporte às populações, como habitação social, transportes escolares, entre muitas outras.

Parece-me portanto que o município, ao tomar esta decisão, assume uma política de redistribuição de rendimentos mais justa e equilibrada, do que aquela que seria conseguida através da devolução do IRS, facto ainda mais relevante num momento em que o governo, segue uma política de centralização de serviços públicos, colocando os municípios sobre maior pressão no tocante ao investimento de natureza social e de melhoria das condições de vida das populações, sobretudo do interior.

Nestas condições, pelas razões enunciadas e também pela coerência das políticas seguidas, o Grupo Municipal do PSD, vai votar favoravelmente a proposta apresentada pelo Município que, refira-se mais uma vez, tem vindo a demonstrar um enorme sentido de responsabilidade”.

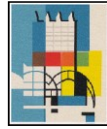
O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – respondeu às intervenções anteriores. Disse que se efetivamente as condições financeiras do município permitissem diminuir a carga fiscal, a favor dos cidadãos, o imposto de que abdicaria com mais facilidade era não ter aumentado o IMI e manter rigorosamente o IRS. A receita expectável que venhamos a arrecadar com o aumento de 0,05% do IMI ronda o milhão de euros. Os 5% do IRS representam, sensivelmente, o mesmo valor.

Sabemos que há pessoas que vivem mal apesar de terem património, mas que têm de pagar o IMI. Só paga IRS quem tem rendimentos e não questiono se o valor a partir do qual as famílias pagam impostos é justo. O que estou a dizer é que uma família que não tenha salário mas tenha património as Finanças cobram-lhe a taxa de IMI; uma família que não tenha rendimentos ou esteja a viver do rendimento social de inserção não paga IRS. Se eu tivesse que abdicar de um destes impostos abdicava do IMI e beneficiava mais famílias carenciadas do que desta forma.

É demagogia vir aqui dizer que se dava um indicador à população abdicando de 1 ou 2%, 2,5% do IRS, porque as finanças da autarquia não o permitem. A Senhora deputada Ana Coelho deu uma excelente explicação sobre esta matéria na sua intervenção e saúdo-a por isso.

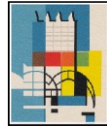
Foi dito aqui que é falacioso falar em aumento do IRS. Não há aumento do IRS. Se houver esse aumento verifica-se na arrecadação feita pelo estado. A Câmara pode abdicar de receber o IRS dos cidadãos cujo máximo é 5%. Mas como vivemos numa situação de depressão é natural que haja mais gente no desemprego do que havia há um ano atrás, logo a receita do IRS em Chaves será menor do que foi no ano anterior. Quando o governo aplica uma taxa, o valor arrecadado é para o Estado. A Câmara apenas recebe 5% do valor que é o máximo que pode receber. Se a taxa for de 20%, a autarquia fica com 5%. Não é 5% da taxa global.

O Senhor deputado Nuno Ribeiro sugeriu, como boa gestão, cortar nos juros de mora. Isso seria se não houvesse dívidas, mas como há, obrigatoriamente temos de os pagar juros de mora. O Saneamento Financeiro é rigorosamente para resolver essa situação. Pagar as dívidas e ficar apenas com a dívida à banca e com os juros bancários que, como sabem, não tem juros de mora. Esta é a realidade.



Todos os municípios do país abrangidos esperam que o problema com as Águas de Portugal tenha uma resolução política porque é imoral que um bem de 1ª necessidade tenha um preço de 38 cêntimos/m³ na área metropolitana do Porto e tenha 69 cêntimos/m³ em Trás-os-Montes, quando a energia elétrica tem uma política de preço uniforme para todo o país. Nessa perspetiva os habitantes do Porto e Lisboa deviam pagar a energia elétrica mais cara porque quem a produz é Trás-os-Montes. E há mais. A Câmara de Lisboa não paga a iluminação pública através de contadores, mas sim por estimativa e logo aqui estão a poupar muitos milhares de euros/mês. Nós temos contadores à saída do posto de transformação e pagamos a iluminação em função do consumo. Neste momento a EDP está a colocar contadores e já é audível o protesto do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa porque vai passar a pagar a iluminação pública como os demais municípios do país. Senhor deputado Manuel Cunha o que eu quis dizer é que devemos exigir que o país tenha serviços de qualidade distribuídos equitativamente por todo o território. É isso que defendemos. Defendo um Estado Social, com a presença do Estado naquilo que é fundamental e básico em todo o território. Eu sei que por muito que o queira, o nosso hospital e provavelmente nem o de Vila Real terá um Serviço de Neurocirurgia. Os cidadãos quando precisam desse serviço por qualquer motivo, ou em qualquer circunstância têm de recorrer ao serviço do Hospital de Santo António no Porto e isso custa mais caro ao cidadão de Chaves do que ao cidadão do Porto. Também sei que o Estado nunca construirá em Chaves um Teatro Nacional D. Maria, ou o de S. Carlos, ou os museus nacionais que existem em Lisboa, no entanto se eu quiser assistir a um espetáculo de ópera tenho de ir ao Teatro de S. Carlos e o bilhete custa-me o mesmo que custa a um cidadão de Lisboa. Mas eu perdi dois dias de trabalho nas deslocações, combustível, portagens, alimentação, dormida, e tudo somado é muito dinheiro; fica-me bem mais a caro a mim o acesso à cultura do que fica a um cidadão de Lisboa e pago o mesmo IRS. Não estou a dizer que isto é entrar por uma onda de liberalismo e o Estado libertava-se, rapidamente, do interior. Não. Aquilo que é serviço fundamental do Estado, temos que lutar para que ele o preste. O nosso deficiente serviço de transporte público urbano gera défice de exploração que ronda os cento e vinte mil euros/ano, em Lisboa não é o deficiente serviço de público de transportes, mas sim excelente serviço público de transportes; tem uma rede de metro que não envergonha Portugal em lado nenhum. A maioria das cidades europeias e do mundo gostariam de ter uma rede de metro com a qualidade que temos em Lisboa. Para além disso dispõe de uma boa rede de autocarros, de comboios, de barcos e eu pergunto: quanto paga a Câmara de Lisboa pelo défice dos transportes públicos? Zero. O país não trata de forma justa os cidadãos em função das zonas onde residem. Através do IRS podia fazer alguma justiça, sem abandonar o Estado Social e sem deixar de distribuir aquilo que é básico e fundamental de forma equitativa por todo o território.

Já defendi por diversas vezes que não é justo fechar escolas com menos de 21 alunos nas zonas rurais porque o sacrifício das populações é muito maior do que quando fecham em Lisboa.



Quando na reforma das freguesias se falou que nas sedes do Concelho não se justificavam porque aí as Câmaras fazem tudo. Então o Município de Lisboa também não se justifica porque aí o Governo faz tudo.

ANSELMO JOSE MARTINS do PS – pediu de novo a palavra para um pedido de esclarecimento.

Perguntou se não se está a pagar a água ao fornecedor, a Autarquia vai pagar juros de mora sobre essa dívida que está a criar todos os meses.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – pediu de novo a palavra para um pedido de esclarecimento.

Perguntou ao Senhor Presidente se não houve alguma demagogia, ou se pensou, quando falou do IRS e do IMI que também há muita gente que tem muitas posses e muitos prédios com IMI e se lhe baixasse o IMI eram altamente beneficiados. Há alguma contradição no que disse.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu que o raciocínio feito pelo senhor deputado Manuel Cunha tem sentido porque efetivamente há muitos proprietários que têm muitos imóveis e para alguns é a única fonte de rendimentos pelas rendas que cobram.

O que eu quis dizer é que apesar de tudo, e a ter que abdicar de algum imposto, beneficiaria mais população ao não tributar o IMI do que prescindir dos 5% na redistribuição que o Estado faz do IRS. Esta é a minha análise.

É verdade que ao devolver faturas da água podemos ter que pagar juros de mora mas o que se espera é que haja uma resolução política para o problema. Se fosse apenas a Câmara Municipal de Chaves a ter um conflito com a Empresa das Águas de Portugal eu tinha a certeza que não tinha nenhuma solução. Teríamos de pagar tudo. Mas como não é só Chaves e como já esteve uma solução política em cima da mesa, da Senhora ex-Ministra Dulce Pássaro, que ia baixar a tarifa para 50 cêntimos e resolvia os juros de mora, pode ser expectável que não se venham a pagar juros de mora. Estamos à espera que essa solução aconteça.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por 60 votos a favor, duas abstenções (da CDU) e 17 votos contra (10 do PS, 6 do MAI e 1 do CDS/PP). Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

A **Senhora deputada Zélia Valoura do CDS/PP** apresentou a seguinte declaração de voto: “A atual conjuntura económica e financeira já onera por demais os contribuintes, tanto através de impostos diretos como indiretos, sendo que as populações do interior não beneficiam de nenhuma discriminação positiva em termos fiscais, apesar dos maiores custos que têm no acesso a bens mesmo essenciais.

De acordo com a possibilidade que os municípios têm numa participação variável até 5% no IRS dos contribuintes que residem na sua área de influência territorial, abdicar de parte ou dos 5% no IRS a favor dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Chaves permitiria decerto, a estes contribuintes e respetivas famílias um maior desafio para colmatar despesas que ocorrem da vida do quotidiano, por exemplo com a educação dos filhos, ou com cuidados de saúde.



Aliviar a carga fiscal dos contribuintes do município, constitui-se em simultâneo como um fator de atratividade e oportunidade para os concelhos que põe tal princípio em prática, valorizando o capital humano. Pelo exposto o voto é contra”.

O **Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha da CDU**, apresentou a seguinte declaração de voto: “Ao contrário do Governo do PSD e do CDS, provavelmente por haver eleições no ano que vem, começa a falar da possibilidade de haver margem para reduzir impostos, a Autarquia entende que não há margem para reduzir o seu acesso aos impostos. A CDU entende que a questão do IRS é uma questão nacional que deve ser resolvida com meios nacionais, com tributações nacionais e com taxas nacionais. Até agora foi prática das câmaras cobrar essa taxa e nós não sabemos se os vereadores do Partido Socialista em anos anteriores tomaram posição sobre esta questão. Na prática isto corresponde apenas á manutenção de uma situação que vem de trás, de uma situação de endividamento da Autarquia e só nesse sentido é que a CDU optou por se abster. Não tem condições para votar a favor mas também entende que a questão do ónus do IRS não deve recair sobre a Autarquia”.

PONTO 6 – PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 2º TRIMESTRE DE 2014, Para conhecimento.

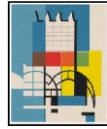
DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse este ponto é para conhecimento e para a Assembleia Municipal poder acompanhar a evolução e observar o cumprimento dos compromissos assumidos pelo município, aquando da celebração do contrato do PAEL.

Da leitura que se faz da análise escrita no quadro do mapa 1 a informação é muito clara, mas gostaria de saber qual é o valor acumulado neste momento; comparando o que está no PAEL, que são os compromissos assumidos em cada uma das rúbricas e sub-rúbricas, quer na despesa, quer na receita, qual é o desvio acumulado. Este quadro compara trimestres de 2011 com 2014 e tenho alguma dificuldade de ler adequadamente esta informação. Percebo que há rubricas em que não se está a cumprir, nomeadamente na alienação de património, em que as atas ficaram desertas. Há aqui indicação de rendas de uma casa mortuária que não conheço. O serviço da dívida tem subido de uma forma significativa em função dos empréstimos. Era importante acompanhar a evolução do grau de execução deste plano porque é muito relevante, apesar das consequências não serem as mesmas do Saneamento Financeiro, designadamente ao nível da responsabilidade financeira, para perceber o que está a ser ou não cumprido, para que se antecipasse o que podem ser as consequências ao nível do Plano de Saneamento Financeiro.

Terminou dizendo que se a Câmara de Chaves não está a pagar a água à Empresa Águas de Trás-os-Montes, deve provisionar uma conta à parte, com o dinheiro que recebe dos consumidores.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

7 - LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 06/2014

PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2013. INFORMAÇÃO Nº18/SC/2014, para conhecimento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

O Senhor Presidente da Mesa, depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária _____